



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA**

CAUÃ DOS SANTOS GUIDO

**TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E OS AGRAVOS À SAÚDE
DOS JOVENS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA**

**CHAPECÓ
2022**

CAUÃ DOS SANTOS GUIDO

**TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E OS AGRAVOS À SAÚDE
DOS JOVENS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Geografia da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção
do título de licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Guido, Cauã dos Santos

Territórios da Degradação do Trabalho e os Agravos À Saúde dos Jovens Trabalhadores em Santa Catarina / Cauã dos Santos Guido. -- 2022.

f.

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2022.

1. 1 - Juventude. 2 - Território da Degradação do Trabalho. 3 - Geografia da Saúde. 4 - Geografia do Trabalho. I. Simões, Willian, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

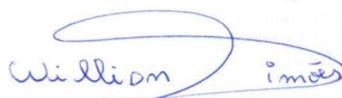
CAUÃ DOS SANTOS GUIDO

**TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E OS AGRAVOS À SAÚDE
DOS JOVENS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

A handwritten signature in blue ink that reads "Willian Simões". The signature is written in a cursive style with a large loop at the beginning.

Prof. Dr. Willian Simões – UFFS
Orientadora

Prof. Dr. Anderson Funai - UFFS
Avaliador

Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma – UFFS
Avaliador

Dedicado ao meu avô, Alcides Guido.

AGRADECIMENTOS

Em 2016, ano em que participei do Exame Nacional do Ensino Médio, sonhava com este momento. A escolha pelo curso de licenciatura em geografia me era clara, mas o local e a coragem de ir não estavam tão cristalinos. Devo este espaço de agradecimentos àqueles que me incentivaram, apoiaram, suportaram e me permitiram concluir este penoso e custoso percurso. Estendo-me a agradecer não só a conclusão, mas todo o percurso acadêmico. E o exercício de retomar cada nome fundamental resgata as mais diversas memórias.

Primeiramente, meus agradecimentos aos meus pais, Alcides e Isabel, que sempre me apoiaram a estudar, e por algum motivo que não tenho muita clareza, acreditaram em mim, e não mediram esforços para que eu chegasse ao fim da graduação. Saúdo meus irmãos, Pedro e Vitor, em nome dos demais familiares que não me trataram com indiferença e me apoiaram à suas maneiras.

Um espaço especial para meu tio Sérgio, professor de geografia, que desde 2014 tem cuidado de mim e da minha trajetória de modo altruísta e zeloso. Por diversas vezes, se tive um prato de comida foi por sua empatia de dividir o que tinha, e isso só quem já se viu em desespero sabe o peso que tem. Seu zelo e atenção é um exemplo educador latente, ensinando com seus atos, e destacando-se como és como profissional em seu Trabalho. Estendo os agradecimentos aos demais queridos tios e primos que me socorreram quando necessitei, sem pedir nada em troca. Ivo, Silvio, Dagoberto, Matheus, vocês ajudaram sem nunca se queixarem. Obrigado.

Uma locução especial aos meus amigos Guilherme e Gustavo, que desde criança estão sempre muito próximos e sempre me apoiaram. Foram primordiais em diversos momentos, mas sem os empurrões que me tiraram a força da zona de conforto, eu sequer teria feito a matrícula na faculdade. Um salve a todos os momentos juntos.

A partir da mudança pra Chapecó, outras pessoas me ajudaram a não desistir, e me estimularam a ser uma pessoa melhor. Isis, Vinicius, Viviane, Igor, Vitor, Helthon, Eliezer, Alice, Mateus, vocês, entre tantos nomes que me veem a mente ao lembrar do percurso, estiveram presentes de modo mais próximo, e os levo no coração, cheio de gratidão por cada lágrima e sorriso compartilhado. Janaína, minha irmãzinha, que me enche de orgulho em tudo que faz, você foi motivação em momentos obscuros, e luz a todo tempo. O desenvolvimento que sua presença me trouxe é o que me permitiu

chegar até o fim. Um afago especial à Cibele, parceira afável em todos os momentos, que me apoia incondicionalmente.

E não poderia citar meus mais sinceros agradecimentos à Universidade Federal da Fronteira Sul. Suas portas abertas me permitiram realizar um sonho, e das suas janelas, belas paisagens, mesmo em tempos sombrios. Por ela não apenas me formo no ensino superior, como me desenvolvi enquanto pessoa, profissional e aluno. As políticas de permanência foram fundamentais na minha trajetória pessoal, como em tantas outras, que merece ser lembrado. Na universidade eu pude ter contato com os professores, e devo a cada um obrigado especial. Obrigado, professores, por cada aula, cada conversa, cada indicação de leitura. Agradeço também aos professores de outros cursos que não se limitaram e se propuseram a ser educadores, dentro e fora das suas salas de aulas, que complementaram minha formação. Obrigado especial ao professor Willian Simões, que em mais da metade do curso esteve presente, em meio das mais profusas funções, sempre orientou, acompanhou, cobrou e incentivou meu trabalho, me instigando com seus comentários e suas aulas a ser um bom profissional.

Por fim, agradeço às oportunidades pela instituição ofertadas, e às pessoas que por elas conheci. O programa de Residência Pedagógica, e a professora Andreia, Ao Programa de Iniciação à Docência, e a professoras Luiza e Annelise, o programa de extensão “Terra Solidária”, e ao Programa de Iniciação Científica, com a professora Adriana Andreis. Muito obrigado por cruzarem o meu caminho, que é mais completo com vocês. Sozinho se vai mais rápido, mas juntos vamos mais longe.

Aproveite o passeio.

RESUMO

A relevância da ciência geográfica se difunde ao propor analisar as relações intrínseca e complexa entre o ser humano e o meio, e os efeitos sociais coletivos que são atreladas. Com o avanço do sistema capitalista, cada vez mais esse contato sofre expressivas alterações e, conseqüentemente, novos parâmetros, produtos, pesos e valores são incorporados à soma. Neste trabalho, abordamos um destes elementos, relativos à saúde do jovem trabalhador no estado de Santa Catarina, agravadas a partir do Território da Degradação do Trabalho. Apresentamos dados quantitativos na pesquisa a partir do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, e das bases do Instituto Nacional do Seguro Social e do Ministério do Trabalho e Previdência, buscando evidenciar os danos causados pela falta de segurança no trabalho, e sobrecarga dos trabalhadores. Tratamos também sobre o tema da juventude e suas especificidades enquanto categoria social, extrapolando a ideia de período transitório, que é submetida a condições de risco precocemente, e é a parcela da população mais atingida por estes agravos. A base para essa relação vem da discussão teórica sobre o capitalismo, e como a usurpação da função vital do trabalho ocasionado por suas demandas o transformaram em ferramenta para produção excessiva, degradando o território, adestrando corpos e gerindo mentes, estabelecendo-se como gestor do adoecimento físico e mental.

Palavras-chave: Juventude; Território da Degradação do Trabalho; Geografia da Saúde; Geografia do Trabalho.

ABSTRACT

The relevance of geographic science is spread by proposing to analyze the intrinsic and complex relationships between the human being and the environment, and the collective social effects that are linked. With the advance of the capitalist system, this contact increasingly undergoes significant changes and, consequently, new parameters, products, weights and values are incorporated into the sum. In this work, we approach one of these elements, related to the health of young workers in the state of Santa Catarina, aggravated from the Territory of Work Degradation. We present quantitative data in the research from the “Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho” (Statistical Yearbook of Work Accidents), and from the bases of the National Institute of Social Security and the Ministry of Labor and Welfare, seeking to highlight the damage caused by the lack of safety at work, and the overload of workers. We also deal with the theme of youth and its specificities as a social category, extrapolating the idea of a transitional period, which is subjected to risk conditions early on, and is the portion of the population most affected by these diseases. The basis for this relationship comes from the theoretical discussion about capitalism, and how the usurpation of the vital function of work caused by its demands turned it into a tool for excessive production, degrading the territory, training bodies and managing minds, establishing itself as a manager of the physical and mental illness.

Keywords: Youth; Territory of Work Degradation; Health Geography; Work Geography.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Acidentes de trabalho por Município (SC).....	51
Tabela 2 - Nº de Casos por Setor Econômico.....	52
Tabela 3 - Acidentes de Trabalho Por Sexo e Idade 2000 a 2020.....	53
Tabela 4 - Relação de incidentes de trabalho por Atividade Econômica	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Prospectiva de Taxa Bruta de Natalidade no Brasil por 1000 Habitantes.....	25
Gráfico 2 - Prospectiva de Nascidos Vivos: 1950 a 2060.....	27
Gráfico 3 - Pirâmide Etária anos 2000, 2010, 2040 e 2060.	28
Gráfico 4 – População Total Brasil x Estado de Santa Catarina	29
Gráfico 5 - Estoque por Grande Agrupamento de Atividade Econômica em SC (2019).....	31
Gráfico 6 – Benefícios Cedidos por Acidentes – B91 de 2000 a 2020.	44
Gráfico 7 – Benefícios Cedidos por Adoecimento – B31 de 2002 a 2020.....	45
Gráfico 8 - Tipos de Afastamento - Acidentes de Trabalho B91.	47
Gráfico 9 - Tipos de lesão – Afastamento por adoecimento B31.....	49
Gráfico 10 - Tipos de lesão - Afastamento por acidente B91.	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	JUVENTUDE E TRABALHO NO BRASIL ATUAL	16
2.1	A JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL.....	20
2.2	A JUVENTUDE E TRABALHO EM SANTA CATARINA	29
3	NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO.	34
4	TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E IMPLICAÇÕES E AGRAVOS À SAÚDE DE JOVENS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA.	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A construção do espaço a partir da relação humana com o meio foi profundamente alterada com o avanço do sistema econômico capitalista. Na medida em que seu desenvolvimento foi se fundindo com a produção do espaço e da sociedade, novas dinâmicas passaram a balizar a forma da nossa espécie sobreviver de produzir, de criar, transformar, plantar, alterar a natureza, direcionando os produtos destes esforços em favor do capital como mecanismo de extração de excedentes.

A partir deste fato, uma grande gama de alcances do capital na sociedade humana é percebida e debatida pelas ciências humanas e econômicas. Debates que perpassam desde a forma do *homo sapiens* se relacionar entre si, seja em relações de trabalho, afetivas e de interesse, até a capacidade de alteração geomorfológica a nível de grandes eventos e catástrofes geológicas. Autores como Artaxo (2014) sugerem a classificação deste período como antropoceno, relevando a aptidão humana de transformação à era geológica.

O resultado da pesquisa realizada aqui apresentada, pretende abordar uma pequena parcela dessa relação do ser humano com o meio a partir da influência do capital. Objetivou-se olhar para o território da degradação do trabalho, formado através do espaço-tempo financeirizado, e a influência na saúde da população. Procurou-se entender quem é a população afetada, entre os que se beneficiam abundantemente da exploração do meio, e os que o fazem como forma de sobrevivência, coagidos pela demanda capitalista.

Nos chama a atenção o estudo do espaço enquanto categoria de análise a possibilidade que a geografia tem de contribuir para a gestão mais justa do território. Este é um dos motivos que nos levaram a propor uma investigação sobre a influência do território na vida da sociedade, e suas tenazes, de forma a compreender como a saúde pode ser afetada por estas aplicações. Por este motivo, apresentamos este trabalho como forma de aproximação entre geografia e saúde, com objetivo de estabelecer laços positivos e úteis na promoção de saúde, e contribuições territoriais na formulação de conhecimento geográfico que possa ser revertido em ações positivas, como criação de políticas públicas, conscientização, fortalecimento de aparatos que suportam a vida segura em sociedade.

O contato com pesquisas neste sentido, no âmbito da juventude, trabalho e saúde foram fundantes na minha formação acadêmica. A pluralidade de conhecimento, pessoas, trabalhos, eventos, pesquisas e publicações no coletivo universitário, dentro e fora do *campus*, instigaram e estimularam fundamentalmente o interesse pela pesquisa. Pude participar de momentos e conversas, e ter contato com os tópicos, e ver na relação entre os três temas uma grande identificação e preocupação. Entre os contatos que tive, cito as duas edições que pude participar na Jornada do Trabalho, organizadas pela rede CEGeT, O grupo de estudo do Observatório de Juventudes “Territórios Contestados”, conversas com profissionais da saúde em diversas cidades, proporcionadas por agentes da universidade, e da participação do Simpósio Nacional de Geografia da Saúde.

Buscamos subsídios para a pesquisa nos portais de disseminação de informações do Estado sobre saúde e trabalho. As informações sobre o trabalho formal são realizadas a partir da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS – e os dados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Relações quantitativas de salários, vagas ocupadas, estoque, afastamentos, entre diversos materiais utilizados são formalmente repassados pelas empresas ao Ministério Da Economia e do Trabalho. Além da busca direta no banco de dados do governo, duas plataformas centralizadoras são basilares da pesquisa, e auxiliaram na elaboração da pesquisa, que são o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, publicado anualmente pelo próprio Estado, e a plataforma Smartlab. Esta última é um trabalho de publicação de dados sobre o emprego seguro e saúde no trabalho, organizado e alimentado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT – e o Ministério Público do Trabalho, e colaborou para encontrar os dados de acidentes e relacionados aos agravos à saúde.

Complementarmente, a sustentação teórica-conceitual foram elaboradas em uma perspectiva interdisciplinar. Apurou-se, na composição de um material que contemple a comunicação entre os assuntos, a contribuição do campo da sociologia da juventude, sociologia do trabalho, da filosofia, da geografia do trabalho e geografia da saúde. Procurou-se fundamentar o diálogo analítico concatenando as informações oficiais sobre o trabalho formal com os diferentes referenciais teóricos que permitem o exame cauteloso de seus significados.

Para além disso, buscou-se trabalhar a questão de “quem são os afetados” enquanto produto social. Entender o que Laval (2006) chama de “gestão das mentes” e “adestramento de corpos”, comutando a essência da humanidade, o transformando

em sujeito produtivo, conduzindo a mente humana a um ambiente hostil, negligente e adoecedor.

Partindo de trabalhos e estudos junto ao Observatório de Juventudes “Territórios Contestados” ligado ao Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Educação na Universidade Federal da Fronteira Sul, constatamos a eminente presença de jovens na soma de acidentes e adoecimentos em locais de trabalho, e a nefasta influência do neoliberalismo na formação social, cultural, intelectual e física destes. A oportunidade de experimentar a juventude por vezes é ceifada pelas necessidades impostas aos meninos e meninas brasileiros, colocando-os como faixa etária com maiores índices acidentários no trabalho.

Procurou-se também entender quais são os agravos à saúde causados ao trabalhador. O terceiro capítulo traz relações de acidentes e adoecimentos relacionados ao ambiente profissional, e informações quantitativas e qualitativas quanto aos mais afetados, os setores econômicos que mais causam problemas ao bem-estar e à segurança no trabalho, e o custo gerado ao Estado e ao território brasileiro.

Por fim, o ponto de intersecção entre os temas da juventude, do trabalho e da saúde, é aqui aspirado como ponto de análise geográfica sobre a interface nociva do neoliberalismo. É o sistema neoliberal que permeia o poder público, cada vez mais voltado a atender as demandas empresariais em detrimento da saúde do trabalhador, do trabalho seguro, e da juventude, mas também age em desfavor, por exemplo, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, das religiões de matriz africana, das minorias, dos deficientes, e daqueles que não contribuem para a acumulação e produção capitalista.

2 JUVENTUDE E TRABALHO NO BRASIL ATUAL

A relação da juventude brasileira com o mercado de trabalho é histórica. Ora pela necessidade humana de busca pela sobrevivência e conforto, ora pelo impulso da cultura do consumo, ora pela conveniência ao modo de produção capitalista em atender o carecimento e anseio em produzir mais pelo menor custo (COSTA, 2008). Lembramos que o mundo corporativo coleciona empilhamentos de requisições de valores para um trabalhador, que valerá à empresa o risco de propiciar a alguém uma oportunidade de se vincular a ela. Frente à essa realidade, está a população brasileira, que vive um momento histórico de “boom demográfico” na pirâmide etária¹, assolada pelos piores índices de desigualdades no mundo (BARROS, 1995), em um cenário de fortalecimento e propagação das forças neoliberais no âmbito das políticas públicas que contribuem para a precarização das condições de trabalho (GROS, 2004, p. 144). A partir destes elementos, debateremos neste capítulo a conexão entre a juventude brasileira e o mercado empregatício.

Existem diversas e diferentes visões sobre ser jovem (MAIA, 2013, p. 5). A categorização que advém da existência e das vivências aqui observadas varia conforme seu ponto de origem e compõe um senso comum. E uma das faces da existência jovem é a impossibilidade ou proibição de completar alguns triunfos e conquistas. A autorização legal para dirigir e ingerir bebidas alcoólicas, por exemplo, são restritas pela legislação àqueles que possuem idade completa de 18 anos ou mais. O anseio biológico por namorar, ter experiências sociais e sexuais fazem parte deste período de superprodução hormonal que gera alterações físicas em meninos e meninas e que ainda não possuem experiências consolidadas (STOPPA, DELGADO, 2006). No geral, ideias ligadas à incapacidade, limitação, inferiorização e proibição são também atreladas a subordinação inerente ao status de ser incompleto (BELTRÃO, CAMARANO e KANSO, 2004; GUIMARÃES, 2016).

Outra face é a construção identitária. A idealização de poder passar a adquirir suas próprias roupas, atendendo ao seu imaginário próprio estilo, escolher o próprio corte de cabelo por mais ousado que seja e poder viajar para onde quiser sem ser necessário nenhum consentimento ou autorização impressa e assinada por um

¹ Camarano (2013) traz uma síntese de artigos do paradigma demográfico abordado por ela e outros autores. A análise advém da projeção futura a partir da década de 70, como explica a autora, que exige a atenção do poder público para a melhor gestão deste evento a longo prazo.

responsável, é assinalada pelo que chamamos comumente de rebeldia (SOLTAU, 2004; SZAPIRO, RESENDE, 2010). Observamos desejos subjetivos, como decidir dormir a hora que quiser, não seguir mais aos comandos fraternos, e o antagonismo à pensamentos estruturais. A superação da infância é ainda tutelada pelos cuidados e proteções das instituições formais e familiares.

Às vistas das relações familiares, sociais e de trabalho, os agentes na formação do jovem se apresentam em um enrijecimento contínuo, mas ainda maleável (DAYRELL, 2016). Pode-se dizer, por exemplo, que a relação de um jovem com a responsabilidade econômica e afetiva não é a mesma responsabilidade de um chefe de família, mulher ou homem, em relação à criação de outro ser humano². Dentro das empresas, salvo raras exceções, cargos de confiança e chefia não são oferecidos a jovens inexperientes. Sem esses limites centrípetos, onde há uma exigência externa de moldar as arestas do comportamento e que gera demandas coercitivas, a experiência da juventude oferece à pessoa possibilidade de expansão e retração, em diferentes escalas temporais de forma singular.

O paradigma da juventude o posiciona meio a divergência e mudanças. O ponto de confluência entre representações sociais estruturais soberanas que são a infância e a vida adulta reprime a juventude apenas a ser apenas uma passagem. Antoine de Saint-Exupéry, no grande clássico mundial “O Pequeno Príncipe” aborda filosoficamente a contraposição latente da postura de uma criança e de uma “pessoa grande”. As interações durante o livro, que acontece entre um jovem príncipe de outro planeta com o eu lírico adulto, evidenciam, de maneira literária, a heterogeneidade entre essas estruturas.

A constituição da identidade jovem pode ser compreendido um campo de confronto³ (ANDREIS, 2014) entre aspectos que marcam a vida de criança e a de pessoa adulta. Todavia, assimetricamente constitui-se uma identidade própria, que propomos o entendimento de que se constitui em uma raia entre a infância e a vida adulta a partir das suas vivências e existências. Assim, ao utilizarmos o termo juventude, direcionamos as atenções às relações de trabalho dentro do recorte populacional integrativo juvenil. Portanto, antes de abordarmos parâmetros

² Debert (2010) afirma que 3 principais processos estabelecem esta mudança na sociedade atual: 1) Faixa etária; 2) Desdobramento de etapas avançadas do ciclo de vida; 3) Transformação da juventude em um valor, estipulado por formas de consumo e estilo de vida.

³ Andreis (2014) utiliza o termo para ressaltar e valorizar o espaço dos confrontos de todo encontro, presente sempre no paradigma dialógico.

quantitativos sobre o emprego formal entre os jovens, procuramos aprofundar sobre o que compreendemos pela categoria juventude.

Com a licença do sentido denotativo do conceito utilizado por Passos (2006) e Souza (2015), utilizamos da catacrese, figura de linguagem semântica, para aplicar a ideia de raia no nosso estudo. Para os autores, existem domínios de abrangência, ou ainda espaços, que acrescentam às ideias de limite e fronteira, zonas de convergências de territórios (PASSOS, 2006). Essas zonas são espaços de encontro dos aspectos naturais e sociais de fronteiras que se expandem além da divisa disposta legalmente, naturais ou por convenções político-administrativas, que tomam homogeneidade a partir das características próximas de cada território, a partir de suas continuidades e descontinuidades. Souza (2015) define:

[...], parto da ideia de que raias são efeitos de fronteira que não representam, necessariamente, divisores de geografias. Ao contrário, possibilitam compreender as diferenças e as semelhanças entre as dinâmicas socioambientais que produzem paisagens ora mais ora menos distintas em parcelas territoriais muito próximas, mas, contraditoriamente divididas e hibridadas. (SOUZA, 2015, p.2)

A diferenciação mais clara entre este conceito e os conceitos de fronteira e limite são, além da abrangência, a disposição direcional. Bosa (2019) elenca as características de direção de influência, onde o limite exerce suas condições para dentro do território, como força centrípeta, e a fronteira para fora do território, como agentes centrífugos, na relação com territórios vizinhos.

A proposta com essa aproximação do conceito de raia, limite e fronteira leva a reavaliar o entendimento do que é juventude e alia-se ao paradigma geográfico. Com o suporte do sociólogo Groppo (2017), entendemos que a juventude não pode ser reduzida apenas a uma determinada idade, com delimitações curtas e definidas como as de um limite. Esta é, por complacência ao conveniente, o consuetudinário parâmetro adotado pela jurisdição para estabelecer legalmente quem são os jovens, dentro de uma aparente universalização do curso natural de vida. E, embora não seja a melhor definição, a fixação dentro da lei é uma demanda necessária, que viabiliza a criação de políticas públicas e viabilizam ao Estado mediar ações voltadas às experiências de vida, que são propriamente uma melhor definição da juventude.

Perceber a juventude como uma raia que abrange territórios da infância e territórios da vida adulta permite adotar um parâmetro que alcança as diversas

variáveis no que diz respeito ao início e término do período da juventude. Assim, não mais precisa uma criança completar 14 anos para ser considerada jovem, bem como aquelas que acompanham um desenvolvimento biológico e social mais lento. Ou ainda, o tempo da juventude pode ser mais alargada, dependendo de fatores como identidade étnico-racial, de gênero e diversidade sexual, classe social, entre outros.

Os parâmetros também concernem à transição da vida adulta. Afinal, como poderíamos definir uma pessoa como adulta? Não existe um fato isolado que defina a aquisição de tal título (DEBERT, 2010). O que é mais aceito empiricamente hoje é a assimilação de responsabilidade afetiva e de trabalho, dentro do espectro do curso natural de vida universal. É esperado socialmente a conclusão do ensino básico, ingresso no mercado de trabalho, deixar a casa dos pais, formar uma nova família e procriar. Assim, o indivíduo alcança um novo status de prestígio social (GROPPO, 2017), passa a ser responsabilizado por terceiros, sem o suporte integral dos pais e de políticas de amparo. Porém, não há um prazo definitivo para a conclusão dessas etapas, nem uma uniformização do coletivo onde todos aderem a estes mesmos vínculos, ao mesmo tempo. As mudanças acontecem de forma gradual e de forma irregular, dificultando a demarcação de um ponto de interseção.

Enquanto raia percebemos a mudança social e comportamental em movimento contínuo, permitindo o reconhecimento da identidade da juventude, enquanto característica própria, e não apenas uma transição. Essa percepção é importante pelo fato identitário. A juventude enquanto grupo social, é composta por indivíduos, cada qual com sua individualidade e característica. Tratar a juventude apenas como fase transitória, reforça a definição de adulto incompleto, inferior e limitado, e não tem valor à sociedade enquanto não concluir esse percurso. Tal limitação, além de equivocada, interfere na compreensão dos elementos que compõem a sociedade no tocante a esta parcela da população, que representa 23,80% do Brasil hoje (PNAD, 2019).

A definição através da demarcação etária do que é juventude torna-se limitada quando olhamos para o coletivo. Como citamos no conceito de raia, acrescenta-se ao marco fronteiro uma área de abrangência que associamos aos momentos experienciados antes e depois do marco etário na análise sociológica. Uma vegetação de um território não se limita à uma estrada, por exemplo, assim como as incertezas de um/a jovem não são eliminadas no dia do seu aniversário. As continuidades das experiências e construções que se dão na infância se fazem presentes de forma independente, a considerar o que a psicologia educacional acrescenta na formação e

desenvolvimento humano cognitivo e social, e que se transformam através das relações a longo prazo. Da mesma forma, a alteração do prestígio social, com menos direitos e distintas obrigações exercem descontinuidades e novas demandas, como família e trabalho.

Ainda segundo Groppo, a juventude configura-se como uma categoria social e histórica. A juventude constitui uma representação social e estrutural, que estabelece agrupamentos por semelhança e está no imaginário social (GROPPO, 2017, p.13). O agrupamento social acompanha atribuições coletivas, que possuem um condicionamento característico da faixa etária. Do ponto de vista histórico, o autor ressalta que é condicionada à sociedade contemporânea, que pode não existir, extinguir-se ou não ser reconhecida.

A partir da ideia de atribuições coletivas a partir do condicionamento etário, nos deparamos com três principais compartimentos: atribuições familiares, escolares e trabalhistas. Todas são efetivamente ativas no modular da formação pessoal e social, mas aqui neste escrito, nos atentaremos às relações de trabalho, a fim de compreender os impactos da imersão da juventude no meio laboral e os agravos à saúde ocasionado por este movimento.

2.1 A JUVENTUDE TRABALHADORA NO BRASIL.

Desde os anos 2000, pesquisadores já apontavam em direção às questões trabalhistas a partir do aumento quantitativo da juventude. Camarano (2006) já demonstrou como a onda jovem e o crescente índice de natalidade traria consequências ao mercado de trabalho e às políticas públicas. Da mesma forma, há duas décadas atrás era percebido dificuldades que ainda vigora hoje, como a precariedade na transição ao mercado de trabalho sob a perspectiva da reprodutibilidade da desigualdade social.

A autora reporta sobre a recepção da sociedade em relação a juventude e destaca que “não é incomum que os jovens sejam associados à marginalização e à criminalidade, ao ‘não querer nada com a vida’. Todas essas questões caracterizam a discussão sobre juventude pela ótica pessimista e levaram a centralizá-la na ‘crise dos jovens’” (CAMARANO, 2006, p. 13). Embora dito, a percepção sobre a juventude é captada na realidade por qualquer leitor e contrapõe a caracterização de esperança

e expectativa que carrega o imaginário da infância, fundante do conhecido bordão “as crianças são o futuro do país”.

Acreditamos que é necessário entender a motivação que leva a/o jovem brasileira/o a buscar seu primeiro emprego. Habitualmente, como é parte do nosso cotidiano, encontramos jovens exercendo alguma atividade pecuniária. Não é difícil encontrarmos um jovem vendendo picolé, fazendo entregas de bicicleta ou ainda trabalhos domésticos. Há os casos de atividades de contraturno regulamentada ou não, bem como de jovens que abandonam a escola objetivando assumir algum cargo ou função que demande uma maior dedicação de tempo. Mas o que leva um jovem à esta situação?

Às vistas da produção de dados sobre juventude e trabalho no Brasil, um enredo que serve como parâmetro é a capacidade de compra da população. Está atrelado a perspectiva de bem-estar social a partir da renda individual de trabalho, como podemos observar nos levantamentos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A pesquisa interpreta que “o conceito de bem-estar social desconta as diferenças de renda entre brasileiros da média geral de renda” (FGV, 2019, p. 9). O poder de aquisição é, portanto, entendido como um fator preponderante na quantificação da desigualdade entre os jovens a partir do distanciamento entre o que a família já possui com o valor adquirido de forma independente pelo jovem trabalhador.

A razão quantitativa populacional também representa direta influência na condição juvenil no mercado de trabalho. Tal condição se dá como agravante pela falta de gerência e preparo das instituições governamentais, e falta de políticas públicas inclusivas de modo a não propagar a desigualdade. Pelo contrário, a postura nos últimos anos tem sido no sentido oposto, defendendo as condições às empresas de oferta de trabalho. Citamos reformas de elementos na Consolidação das Leis Trabalhistas como o contrato intermitente, alteração no regime de descanso e o enfraquecimento dos movimentos sindicais.

As flexibilizações das leis trabalhistas afetam diretamente a juventude e a inclusão no mercado de trabalho formal. Sem a possibilidade de inclusão ou integração a uma função de remuneração digna, a juventude, principalmente a de baixa renda e baixa escolaridade, se torna um grupo excluído do mercado, ou recorre ao trabalho informal. No emprego formal, o que se encontra são produtos da desigualdade social estrutural brasileira sendo mantidos e evidenciados. Em um cenário de queda de rendimento geral, jovens e pobres encontram realidades

distintas. É o que mostra a pesquisa da FGV (2019): há uma queda geral de renda média a partir de 2015 com maior porcentagem entre os jovens de 20 a 24 anos (FGV, 2019, p.10).

Segundo Corseuil, Franca e Poloponsky, (2020), o grau de formalização é um dos parâmetros fundamentais para a classificação de qualidade de vida do jovem no trabalho.

Assim como o rendimento, esse indicador informa sobre o nível de bem-estar do trabalhador, na medida em que muitos dos direitos que o trabalhador deveria receber durante o período empregado são frequentemente negados nesse tipo de relação trabalhista. (CORSEUIL, FRANCA e POLOPONSKY, 2020, p. 511).

Como resultado, a informalização contrapõe a qualidade de vida, acumulando desigualdades de oportunidades, de salário, de formação, podendo, segundo os autores, comprometer a trajetória profissional. A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas nos traz dados que nos auxiliam a compreender a relação trabalhista com a população jovem. Os resultados mostram que a renda da metade mais pobre da população caiu 24,24%, enquanto a média geral da pesquisa se mantém em 14,66% nos anos entre 2015 a 2019. A pesquisa também evidencia a desigualdade regional, onde os moradores das regiões Norte e Nordeste foram mais afetados, e a desigualdade instaurada a partir de sua reprodução no sistema educacional, onde os mais atingidos foram os analfabetos e pessoas com ensino fundamental completo. Pessoas que se enquadram nesses critérios, além de pretos e pardos, sofreram redução na renda média mensal do período abordado pelo menos duas vezes maior do que os demais grupos (FGV, 2019, p.11).

A precarização do trabalho formal é um desdobramento da deficiência de absorção da população pelo mercado. Além da ausência de oportunidade e do amparo necessário e igual a todos, o desemprego dessa população representa pessoas no ápice de sua capacidade de produção e de trabalho em demanda de sustento a termo. A busca de alternativa por uma renda sem o amparo da CLT no meio informal coloca em risco aqueles que procuram uma alternativa porquanto se mantêm sem carteira assinada. Corseuil et al (2020) afirmam ainda que as

[...] análises recentes sobre a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho têm demonstrado que a questão da informalidade sobressai como um desafio a ser enfrentado mesmo quando atravessávamos um período de aquecimento da economia e do mercado de trabalho (snj e Ipea, 2014). Outro ponto destacado é a predominância de certos grupos de jovens entre os que estão em ocupações informais, em particular os menores de idade e aqueles

que encontram uma ocupação pela primeira vez (CORSEUIL, FRANCA e POLOPONSKY, 2020, p. 512).

A incapacidade do sistema capitalista de absorção completa e justa da população pelo mercado de trabalho, debilita a juventude. A evidência do descontrole do Estado frente ao déficit é explorada pela publicação do IBGE sobre a PNAD entre 2005 a 2015, que mostrou um aumento de 11% da população com mais de 16 anos ocupada, porém com um aumento total de 19% da população na mesma faixa etária, computando um déficit considerável (IBGE, 2016, p. 68).

Outra percepção acerca da falta de oportunidade iguais e que pressiona o jovem a ceder às demandas de trabalho com maior carga horária e menores salários em detrimento da vida escolar e uma formação completa. Acontece com aqueles que se veem obrigados a abandonar a escola mais cedo ou transferem-se para o ensino noturno, no caso do ensino médio, e gastam a maior parte do seu dia em funções que exigem baixa escolaridade e, na maior parte dos casos, com baixa remuneração. Os afazeres condicionam não só a disponibilidade de frequentar a escola, mas impedem o jovem de concretizar um percurso educativo completo, com uma graduação técnica ou superior. Guimarães et. al. (2020) destacam que as mais marcantes características são a informalidade recorrente, períodos de transição entre atividade e inatividade, acúmulo de trabalho e estudo e a inserção no mercado de trabalho prévia à conclusão da trajetória educacional que se alinham à oferta insuficiente de formação vocacional (GUIMARÃES, BRITO E COMIN, 2020, p. 476).

Ainda mais preocupante com a condição atual da inserção do jovem no trabalho é a formação social que se constitui. Corseuil et. al. (2020) afirmam, ainda, um comprometimento no desenvolvimento profissional dos jovens que sofrem com a falta de amparo e de oportunidades de emprego formal. Os autores afirmam “que uma inserção marcada por passagens em empregos precários e/ou por longos períodos de desemprego no início da trajetória profissional pode comprometer a futura trajetória profissional dos jovens” (CORSEUIL, et. al., 2020, p. 502). As implicações podem, conforme destacam os autores, alcançar patamares para além da vida profissional, trazendo consequências à saúde do jovem, gerando demanda para saúde pública.

Um dos motivos para ocupação ou não dessa juventude contemporânea também está associada às circunstâncias populacionais no Brasil. São diversas as literaturas e debates sobre como as dinâmicas nas últimas décadas sofreram mudanças no país e no mundo quanto a reprodução humana, como nos trazem

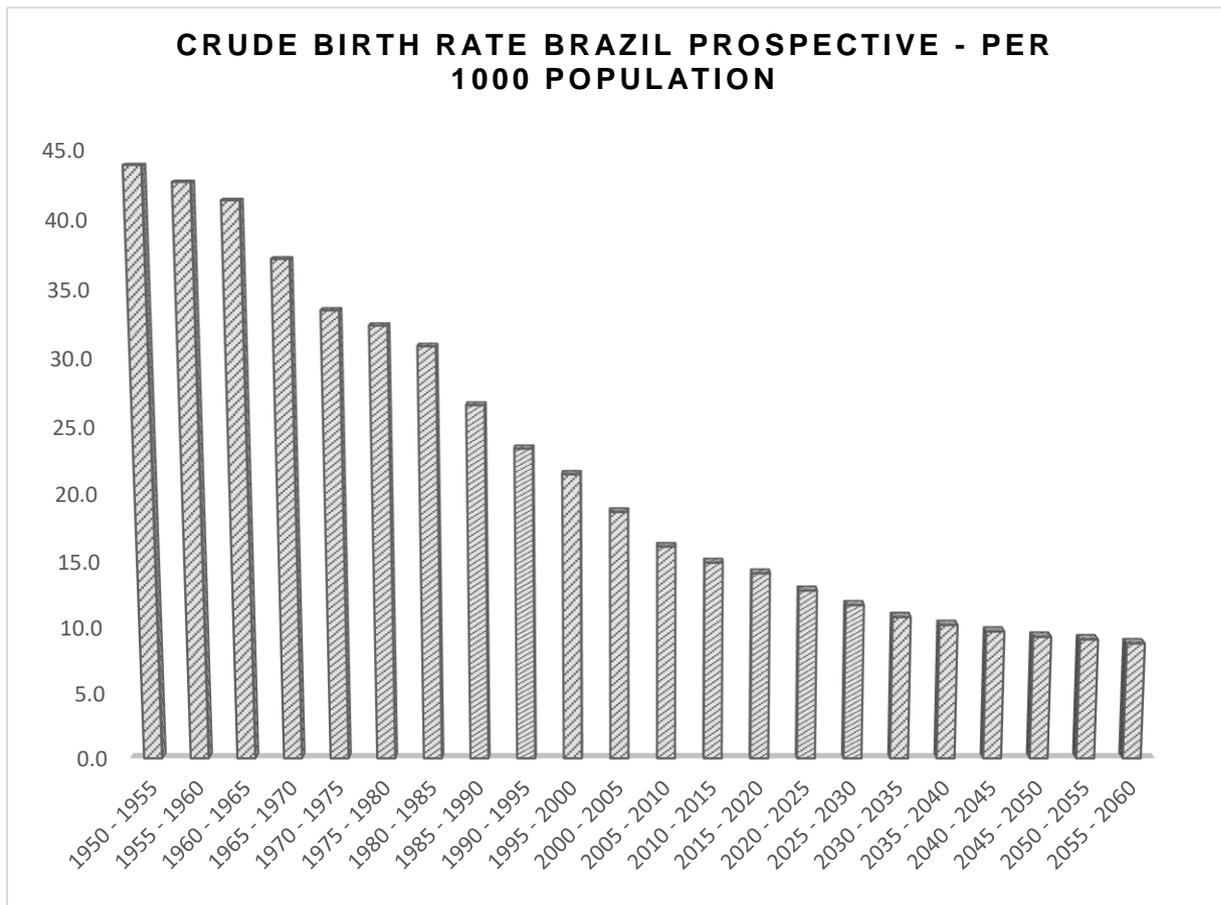
Beltrão, Camarano, Kanso (2004). Os autores destacam a queda elevada a partir do final da década de 1940 da taxa de mortalidade, seguida pelo decréscimo da taxa de fecundidade. Isso significa dizer que a perspectiva de vida aumentou significativamente, enquanto a quantidade de mulheres grávidas também foi diminuindo.

Beltrão, Camarano e Kanso articulam, porém, essa alteração na dinâmica populacional à questão socioespacial. Isso porque a população neste momento histórico era majoritariamente rural, ou seja, reduzido ao trabalho familiar e possuíam muitos filhos, enquanto as famílias urbanas já neste período possuíam comparativamente uma quantidade menor de crianças. Conforme os autores:

[...] apesar de a fecundidade ter experimentado uma queda bastante expressiva, a intensidade foi variada e observaram-se oscilações em algumas coortes. Foram as mulheres nascidas no pós-guerra, entre 1945 e 1960, que apresentaram queda mais acentuada. O comportamento da fecundidade tem sido espacial e socialmente diferenciado. (BELTRÃO, CAMARANO, KANSO, 2004, p. 9)

Como observamos, o contexto pós-guerra contribuiu para a diminuição dessas taxas, ao mesmo tempo em que há um desenvolvimento de tecnologias no campo da saúde. Gradativamente, a diferença entre os números entre filhos fecundos e nascidos vivos foi caindo, representando um aumento populacional muito grande, principalmente até a década de 70. O envelhecimento da população, demograficamente, é o resultado da manutenção por um longo período das taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. No Brasil, foi resultado da queda da fecundidade comentada até o final da década de 1960, que foi precedida por anos com elevados níveis de fecundidade e uma queda gradual da mortalidade (BELTRÃO; CARANO; KANSO, 2004). Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Prospectiva de Taxa Bruta de Natalidade no Brasil por 1000 Habitantes.



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019, agosto de 2021. Elaborado pelo autor (2021)

A diminuição na taxa de natalidade brasileira, em forte queda ao passar das décadas, e a projeção da manutenção deste índice reverbera na pirâmide etária. A tendência demonstrada no Gráfico 1 pela perspectiva da ONU projetada para os anos vindouros é uma propensão mundial de diminuição de filhos que não acontece só no Brasil, mas, pelo contrário, já é percebida como realidade nos países industrializados já há algum tempo. No caso do nosso país, esses dados evidenciam que, numericamente, a juventude como entendemos hoje não permanecerá vigente por muito tempo.

O gráfico mostra ainda a projeção futura, a partir da tendência estatística, até o ano de 2060. Isso nos mostra que não há expectativa de aumento no número de filhos por casal na média da família urbana brasileira. Mesmo com uma taxa de nascidos vivos muito próxima ao de fecundidade, ainda representa uma diminuição no crescimento da população brasileira.

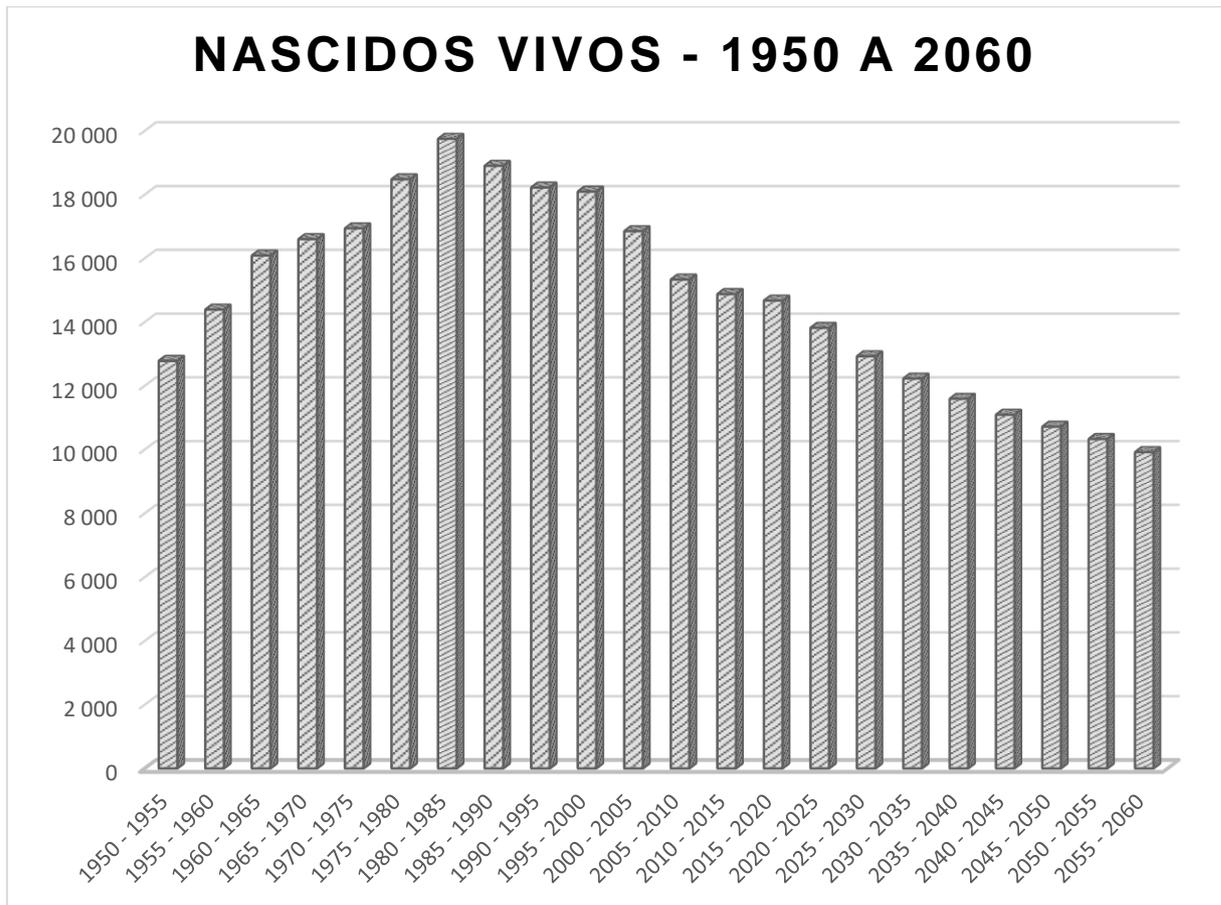
Os motivos para essa estabilização muito abaixo do passado histórico recente nos dias atuais elencam a alteração no modo de vida brasileiro. Ressaltamo-los, pois estão atrelados também à inserção do jovem no mercado de trabalho urbano como conhecemos hoje. A redução do trabalho familiar, antes formado majoritariamente pelos pais e pelos filhos, compunha-se no emprego dos filhos como mão de obra no auxílio das atividades rurais, onde mais filhos significava mais força de trabalho. Associado também ao aumento da mecanização dos serviços e processo de urbanização da população brasileira, a necessidade e a quantidade de filhos diminuíram. Associadamente, o processo de êxodo rural incidiu no custo de vida que representava a pluralidade de pessoas no meio urbano. Como consequência, também refletiu na diminuição das taxas de fecundidade a partir de maior planejamento familiar adequado à renda.

O reconhecimento da independência feminina, sua inserção ao mercado de trabalho, sua valorização para além da função reprodutiva e o avanço das tecnologias anticoncepcionais nos últimos anos, embora distante do ideal, viabilizou a autonomia da mulher, que passou a ter outras funções além da maternidade e a optar por ter menos filhos⁴.

Um outro dado interessante é que embora os números de fecundidade apresentem queda ininterrupta no cenário nacional, até a década de 80 houve um importante aumento da taxa de nascidos vivos no Brasil. Os índices subiram em contrapartida da diminuição do número da taxa de fecundidade, como já foi dito, principalmente pelo desenvolvimento técnico científico no meio da saúde. Como resultado, formou-se uma “onda” no gráfico, que tende a ocasionar o movimento conhecido como transição demográfica.

⁴ Ver mais sobre luta feminina no trabalho e as injustiças sofridas em O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista de Silvia Federici (2019)

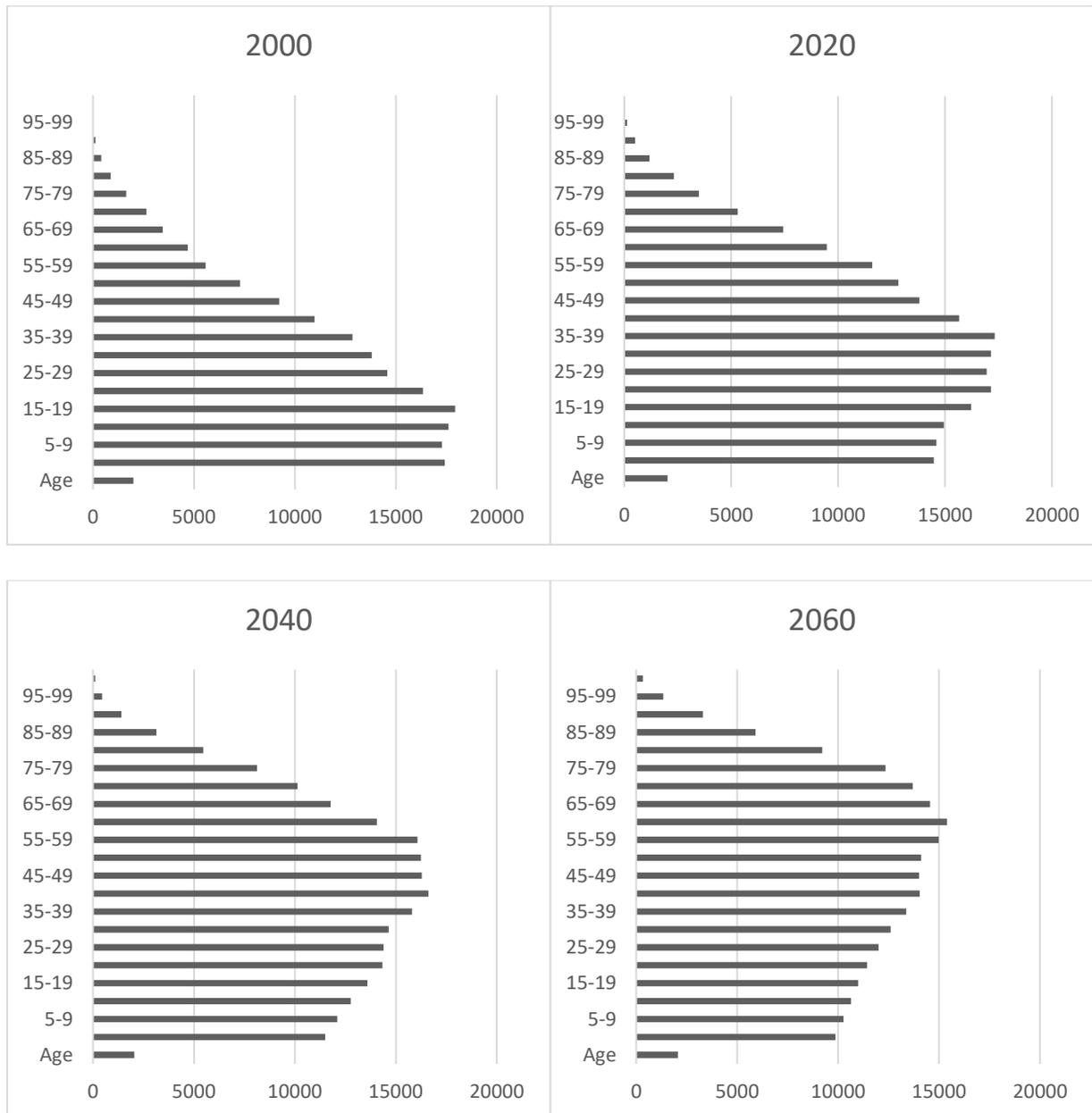
Gráfico 2 - Prospectiva de Nascidos Vivos: 1950 a 2060.



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019. Elaborado pelo autor (2021).

A onda jovem, que ocasiona a transição demográfica, como aponta Camarano (2006), fica mais perceptível nos gráficos a seguir. São projeções da Organização das Nações Unidas para os próximos anos e demonstram o resultado da variação da taxa de natalidade com a longevidade com propõe que o crescimento vegetativo da população chega em um ponto de interseção e passa a diminuir. Ao mesmo tempo, a parcela da população que concentra o bônus demográfico tende a envelhecer, robustecendo as camadas superiores.

Gráfico 3 - Pirâmide Etária anos 2000, 2010, 2040 e 2060.



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019. Elaborado pelo autor (2021).

Como produto desses levantamentos, percebemos que nunca houve no Brasil, e, conforme as projeções demonstram, não haverá uma quantidade tão elevada de jovens no país. Da mesma forma, seguindo os padrões da taxa de mortalidade, entende-se que em alguns anos teremos no topo da pirâmide etária um maior volume de idosos, o que descaracteriza uma pirâmide.

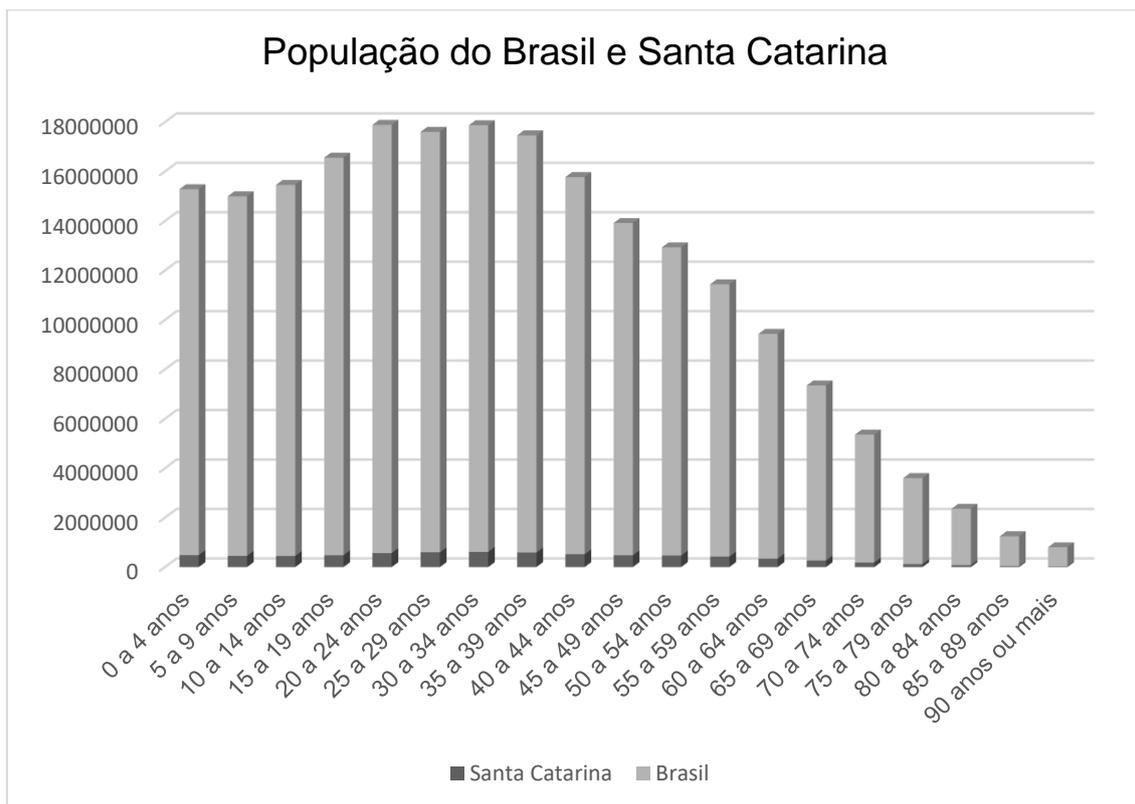
Dentro das condicionantes trabalhistas, esse bônus demográfico pode representar benefícios. Maior quantidade de capacidade produtiva, maior

competitividade, maior consumo e maior concorrência. Porém, o que temos observado é a exclusão de parte dessa população, que se torna desamparada pelo poder público, previamente citado neste escrito.

2.2 A JUVENTUDE E TRABALHO EM SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina, que tomamos como recorte para nossa análise, possui cerca de 1.641.000 habitantes entre 15 a 29 anos de idade, aproximadamente 23% da população total (IBGE).

Gráfico 4 – População Total Brasil x Estado de Santa Catarina



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaborado pelo autor (2021)

A faixa etária não apenas representa parcela significativa do total de habitantes. A capacidade produtiva e de suscetibilidade a empregos com baixa remuneração ou de maior risco torna a juventude importante base da manutenção dos subempregos. Guimarães, Brito e Comin afirmam que “Tais iniciativas têm afetado diretamente e de formas diversas os jovens, em especial aqueles cujo perfil tipificava os modelos de

trajetória marcados por maior insegurança e risco, mesmo em uma conjuntura mais favorável” (BRITO, COMIN, 2020 p. 492).

Uma vez que para o jovem a cima de 20 anos a realidade seja de trabalhar e estudar ao mesmo tempo (ABRAMO, VENTURI e CORROCHANO, 2020, p. 539), o acúmulo sobre o indivíduo reverbera em prejuízos na formação profissional e intelectual, afetando o desenvolvimento social, a partir das balizas impostas pelas demandas do mercado de trabalho.

Santos, Aruto e Raitz (2012, p.2) atentam para a caracterização populacional em Santa Catarina. Entre 2000 a 2010, houve uma diminuição percentual na quantidade de jovens no estado, de 19% para 17,8%. A faixa de concentração etária da população catarinense, segundo os autores, são de adultos. O envelhecimento populacional acima citado também caracteriza a realidade estadual, onde a taxa de natalidade é estabilizada e há um aumento na expectativa de vida.

Outro aspecto na formação da classe trabalhadora local é a migração. A vinda de estrangeiros e brasileiros de outras regiões em busca de melhores condições são comuns, mais frequentes com pessoas entre 20 a 35 anos (SANTOS, ARUTO, RAITZ, 2012, p.3).

THEIS et al ponderam sobre a juventude catarinense no mercado do trabalho. Os autores atrelam ao avanço do neoliberalismo as novas dinâmicas no emprego do jovem, principalmente a partir da década de 90.

As políticas neoliberais e a reestruturação produtiva a partir da década de 1990 contribuíram, sobremaneira, para a redução de oportunidades para os jovens no mercado de trabalho. Não obstante, as dificuldades enfrentadas por parte da juventude brasileira, tais como pouco tempo de estudo, baixa qualificação, inexperiência, remuneração inferior, entre outros, contribuem para a existência de disparidades significativas no mercado de trabalho em que o jovem está inserido. (THEIS et al, 2018, p. 201).

A afirmação coloca o estado de Santa Catarina, embora possua suas próprias especificidades, dentro do alcance global do avanço neoliberal.

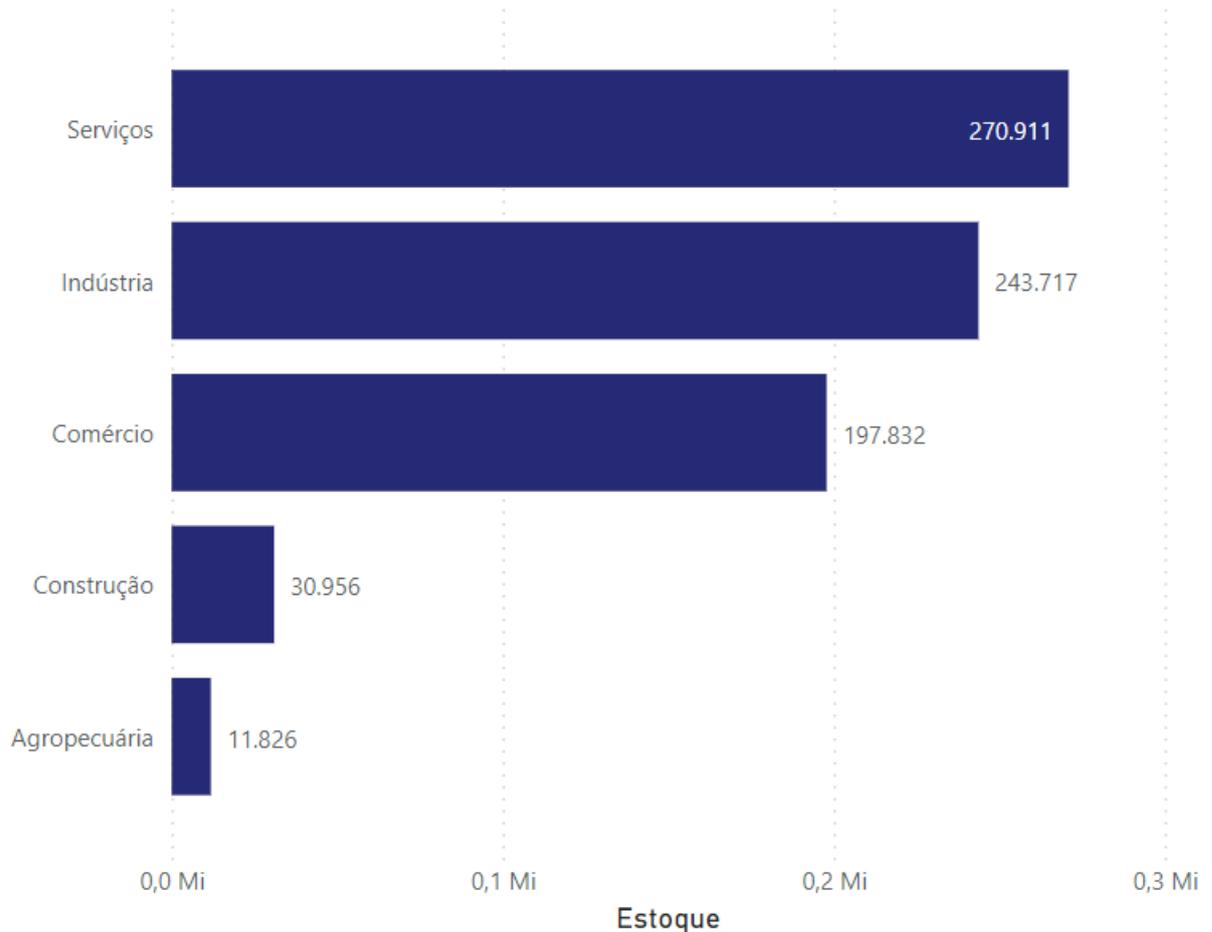
Outra realidade que os autores apresentam é sobre a migração do campo para a cidade em busca dos galardões capitalistas. Eles afirmam que “A dificuldade do jovem em permanecer no campo, aliada a atratividade dos grandes centros urbanos,

faz com que o jovem recorra a migração do campo para a cidade de forma cada vez mais acentuada.” (THEIS et al, 2018, p. 206). O interesse biológico e social da juventude criada extrapola as possibilidades ofertadas pela vida rural, e estes passam a busca-las nos centros urbanos, que apresentam índices desfavoráveis de empregabilidade e trabalho seguro.

Santos e Rosa (2015) ressaltam a tendência a formalização do trabalho entre jovens no estado. “De modo geral, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina, os dados dos últimos anos apontam para melhoras significativas nas condições de trabalho, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade dos empregos gerados” (SANTOS, ROSA, 2015, p. 10). Os dois últimos trabalhos citados apontavam a uma propensão do aumento do trabalho formal. Evidencia-se a importância da presença do Estado na mediação entre demanda mercadológica e oferta de mão de obra jovem, garantindo direitos, estimulando a contratação assegurada a partir da legislação, em favor do trabalho seguro.

Porém, essa expectativa não se mantém. A percepção é de diminuição dos empregos formais no contexto geral e, entre o estoque de vagas, 31,9% são ocupadas por jovens em 2019 (RAIS, 2019). O número demonstra a preferência das empresas, entre as vagas ofertadas, optarem por novos trabalhadores, a menores custos, aumentando a taxa de desemprego entre os mais velhos.

O estado apresentou em 2019 um total de 755 mil vagas de empregos formais ocupadas entre jovens de 18 a 29 anos, de um total de 2.369.729 vagas gerais. Para efeito comparativo, a faixa etária entre 50 a 59 anos computou 269 mil vagas ocupadas, igual a 11,35% do total (RAIS, 2019). Pelos dados do painel de informações da Relação Anual de informações Sociais, disponibilizada no site do ministério da economia, é possível ainda traçar o perfil econômico destes jovens. A média salarial de pessoas entre 18 a 24 anos em Santa Catarina com emprego formal é de R\$ 1.808,56, enquanto jovens entre 25 a 29 tem a média de R\$2.421,38.



Fonte: Painel de informações RAIS 2019.

Os setores econômicos com os maiores salários são das áreas de administração pública, atividades de serviços financeiros, indústrias de gás e energia e atividades do serviço de tecnologia, informação e comunicação. A faixa salarial entre essas áreas flutua entre R\$ 3.049,30 a R\$ 6.163,37 na área de seguridade social obrigatória. Quanto às informações que setores que mais contratam no Estado, destacamos as atividades administrativas e serviços complementares, com 53.903 mil efetivos, o comércio, com 197.832 mil trabalhadores, e as indústrias, com 243.717 mil contratados. O gráfico 5 mostra a relação em 2019 dos grandes agrupamentos econômicos que mais contratam jovens, que além dos apresentados, nos traz a construção civil e agropecuária. Contratados para cultivo de lavoura permanente, no setor de agricultura foram os com registros de menor salário no estado, com RS 1.537,00. A média na indústria, setor com maiores números de vínculos, a média salarial foi de R\$2.093,11 (RAIS, 2019).

A média salarial em Santa Catarina é ainda superior ao restante do Brasil. Entre os jovens do país, a soma é de R\$ 1.947,09. Santa Catarina se destaca como segunda

maior média do país, atrás apenas de São Paulo. A diferença entre o último colocado da lista, o estado de Sergipe, chega a quase 30%, com o valor final de R\$ 1.452,11.

3 NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO.

Mediante os elementos relacionados à análise sobre o trabalho, incorporamos o tema ao debate geográfico. Procuramos recorrer à colaboração medular dos demais campos do conhecimento que se debruçam sobre o tema. As discussões extensivas já realizadas sobre a relação humana com a natureza, e a pertinência do trabalho, metabolismo do ser humano com o meio no debate geográfico (THOMAZ, 2011; STREECK, 2018; CASARA, 2018; HARVEY, 2011) entre tantos, são suportes diretos às intenções de examinar como e por que a relação do trabalho tem se tornado um promotor de agravos à saúde para além do esperado, do necessário, do justo e do aceitável.

Desde a consolidação do capitalismo, a lógica geral das relações humanas é mediada pelas leis de lucro máximo (DARDOT, 2016). O autor afirma que, dentro de certos limites, as democracias anteriores ao liberalismo permitiam um funcionamento do sujeito independente, respeitando a separação e a articulação de diferentes esferas da vida. A heterogeneidade afirmada das normas gerais, políticas, econômicas, religiosas, dentro de alguma tolerância, foram moldadas a partir da lógica capitalista na elaboração de um novo sujeito produtivo.

Conforme Dardot (2016, p. 318), o ser humano encontrava-se entre dois paralelos dentro dos impulsos que ocorreram, entendidos como o capitalismo e a democracia política. Isso dividiu a modernidade no “cidadão dotado de direitos inalienáveis e o homem econômico guiado por seus interesses, o homem com fim e o homem como instrumento”. São retomados os efeitos da dissolução dos princípios do mercado nas relações humanas, emergindo conceitos como empreendedorismo, resiliência, inovação, elementos gerais em favor do mercado, travestido de interesse pessoal individual. A mercantilização chega às relações sociais, na urbanização, na ilusória emancipação do indivíduo pelo favorecimento das virtudes do comércio em detrimento da força da terra, sobrepujando o homem econômico sobre o cidadão de direitos inabaláveis.

Sob o capitalismo, a natureza se torna moeda de troca. Os bens naturais passam a ser chamados de recursos, e acendem os interesses do mercado sobre a

natureza (HAESBAERT, 2006). A demanda capitalista transformara, portanto, os bens através da técnica de modo a atender suas demandas. A captura pelo capital afeta a suficiência da natureza em si mesmo, mas também o trabalho humano. A capacidade inata do ser humano de produzir em favor da sua sobrevivência, de criar, transformar, plantar, alterar e produzir, é usurpada pelo mercado capitalista como mecanismo de extração de excedentes. Vale ressaltar que, embora não seja objeto deste trabalho, a devastação e desgaste do equilíbrio ecológico da natureza pela necessidade sistêmica do capital de extração e modificação tem avançado consideravelmente, de forma nociva.

Na esfera humana do alcance do capital, é fundamental entender a inserção do trabalho no contexto capitalista. “O valor é trabalho” (MARX, 2017, p.948) e o mais valor não está no que a terra é capaz de produzir. Esta pode, por sua vez, apenas limitar ou potencializar os lucros possíveis de determinada atividade econômica. O mesmo trabalho em diferentes condições e lugares somam valores desiguais. É o trabalho, a forma produtiva do homem em geral que media o metabolismo do ser humano com a natureza. Com a necessidade de produzir excedente, a relação de trabalho com o meio foi alterada.

As forças produtivas sociais do trabalho transmutaram-se em forças pertencentes ao capital. Esse processo foi primeiramente discutido por Marx, entendendo-o como ruptura metabólica (MARX, 2017, p.961). Em outras palavras, o processo simbiótico natural, como acontece com os demais animais na face terrestre, sucumbira em favor das demandas que estão vinculadas a reestruturação produtiva, que redefiniu os ambientes, escalas e locais de produção e consumo.

O processo de territorialização do capital ganha força com a revolução industrial. E com isso, novas formas à sociedade urbana. As transformações da sociedade ao progresso da industrialização na sociedade são creditadas por Lefebvre (2001) como agente indutor das consequências negativas ao crescimento urbano, ocasionado pela mesma. A urbanização, segundo o autor, torna-se um processo dialético com a industrialização (LEFEBVRE, 2001, p.16), como uma unidade conflituosa, um assalto da cidade pela industrialização, gênese dos reveses da vida urbana.

Haesbaert (2006) evidencia a consolidação do território transformado a partir da técnica como relação social do poder a partir do capital. Ao recordar Milton Santos, Haesbaert (2006) retoma a intencionalidade de cada objeto técnico impregnado na sociedade, com efeito de controle espaço temporal, no espaço tecnificado.

Vivemos imersos de tal modo numa “tecnosfera” (Milton Santos), que a tomamos como uma segunda natureza, como algo que desde sempre esteve ali. Estamos, assim, dominados por uma ideologia nada abstrata, e talvez, por isso mesmo, ainda mais poderosa, pela qual tudo o que nos rodeia se deve à revolução científico-tecnológica. (HAESBAERT, 2006, p.105).

O autor afirma que “modernização é, desde sempre, colonização” (p. 108), elenca a devastação causada pelo avanço tecnológico desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial⁵, onde, em nome da modernização, povos e espaços foram devastados, e seus recursos naturais roubados. E, no desenvolvimento da nova des-ordem mundial, a técnica e meio científico, em favor do capital, estabeleceu-se como nova forma de conexão do humano com a natureza. O trabalho passa a ser permeado por essas novas técnicas.

Na maquinofatura, o trabalhador se torna um apêndice da máquina, e até mesmo a demanda por mais ou menos braços vai depender da capacidade técnica instalada que, assim, se torna política por todo lado. Os corpos dos que ainda trabalham devem se submeter ao ritmo – tempo – de quem comanda os processos do trabalho. (HAESBAERT, 2006, p. 110).

Segundo Milton Santos (2014, p. 72), a instrumentalização do trabalho está diretamente ligada ao processo de produção, circulação e consumo. Com isso, a tecnificação não se limita em dar suporte à capacidade inata do ser humano em extrair da natureza o que lhe é necessário para viver. Todo o circuito produtivo e de consumo, e a paisagem por ela estabelecida, são constituídos pelo meio técnico-científico. O trabalho passa a ser mais complexo e com maior capacidade de exploração dos recursos naturais, e sofre diversas mutações, acompanhado as mudanças da configuração territorial, e na busca desenfreada pelo lucro (SANTOS, 2014).

Com as novas faces do capitalismo, o trabalho tem desenvolvido parâmetros neoliberais. As consequências, segundo Thomaz Júnior (2011), são expressas no território negativamente para a classe trabalhadora. Na visão do referido pesquisador:

⁵ Haesbaert define o mundo moderno, desde 1492 estritamente, colonial. A modernidade se fez, segundo o autor, pela colonialidade (HAESBART, 2006).

[...] as mudanças nas formas de organização do processo de trabalho (do taylorismo-fordismo ao Toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras tantas formas precarizadas, bem como a despossessão - sendo que, a cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização (THOMAZ, 2011, p.106)

Além da organização do trabalho, segundo o autor, desdobramentos espaciais e territoriais a favor da força produtiva, do maior lucro, a partir da reestruturação produtiva do capital, a nova relação de trabalho afeta as bases espaciais da relação com o poder, transformando as lutas de classe. No território do trabalho hoje elencamos características mais latentes à desigualdade, processos de informalização dos trabalhadores, inclusão marginal no trabalho, expansão dos estágios de miserabilidade e insegurança alimentar, ausência de políticas públicas, estágios da insegurança alimentar.

Os vínculos de trabalho, portanto, sofreram mudanças profundas, que transformaram o ser humano e a as suas relações às peças do capital. Destacam Dardot e Laval (2016) que:

[...] o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da modernidade. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda o indivíduo, que instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.

Neste contexto compreendemos as condições do que Thomaz Júnior (2019, p. 04) denomina de “degradação sistêmica do trabalho”, compreendida como sendo “a intensificação da incontabilidade da extração de excedentes, das formas de subordinação, das práticas coercitivas, predatórias, fraudulentas e violentas”. Segundo o autor, esta degradação sistêmica ocorre, por exemplo, à oferta cada vez maior de “formas flexíveis de contratação, de remuneração, e individualização das

relações de trabalho”, à existência de ambientes de trabalho cada vez mais reestruturados em bases neoliberais, “do Estado social mínimo, do Autocontrole do Trabalho, formalização da informalidade, terceirização e uberização”, ao desmonte das instituições/estruturas constitucionais de apoio/protetivas/defesa de direitos fundamentais e tutela, descumprimento da legislação e dos direitos sociais conquistados, à mercantilização dos ambientais naturais, à “extensão das práticas destrutivas/extrativas, agro-hidro-energético-industriais, e à consolidação do modelo agroexportador de commodities/químico dependente.

Assim, no centro da sociedade do capital com ancoragem no avanço da depredação neoliberal, compreendemos que a “apropriação do espaço para a realização de mais valia impõe relações de poder que sujeitam os trabalhadores a degradantes condições de trabalho que podem impactar na sua saúde”, ou seja, produz o que Heck (2013) irá denominar de “territórios da degradação do trabalho”.

Podemos então compreender que o assédio do trabalho de forma sistemática são marcas concretas resultantes desse território, com consequências como as relações de trabalho que elevam as possibilidades de depressão e suicídio, produção de laceração ou dores no corpo, intoxicação e morte, ou ainda, que submetem os trabalhadores a contratos precários ou instáveis de trabalho, à informalidade ou uberização. Nesse sentido, reiteramos o sentido de degradação do trabalho conferido por Thomaz Júnior (2017, p. 13), em que o:

[...] conceito de degradação de trabalho nasce, de alguma forma, com a perda da dimensão ontológica do trabalhador produtor de coisas úteis para a imposição hierárquica do trabalho sob o domínio de outrem, para a produção de valores de troca. Por isso, é importante mostrar que o conceito de degradação do trabalho, conforme apresentamos, está relacionado a um processo histórico que reduziu o trabalho (categoria fundante do ser social e eterna necessidade do mundo dos homens) à mera mercadoria vendável.

A degradação da vida no território, tensionado pelos elementos nocivos do capital e sua dinâmica metabólica, tem influência negativa na sociedade, mais diretamente aos trabalhadores submetidos e subalternizados. A desterritorialização forçada, a espoliação de terras, a sujeição dos trabalhadores às condições de trabalho adversos fortalecidos por baixa remuneração e sem seguridade que conduzem migrações em busca de oportunidades ilusórias ou temporárias, a demanda por baixa qualificação e formação tecnicista estimulada, a informalidade e marginalização das

prestações de serviços como alternativa, são situações encontradas em diferentes cidades e regiões do Brasil, com uma interface diretamente ligada ao processo de degradação do trabalho, por sua vez, de agravo à saúde do trabalhador.

Laval (2006, p.320) afirma que o produto mais efetivo da sociedade industrial foi o “sujeito produtivo”.

Não se tratava apenas de aumentar a produção material; era preciso também que o poder se redefinisse como essencialmente produtivo, como um estimulante da produção cujos limites seriam determinados apenas pelos efeitos de sua ação sobre a produção. Esse poder essencialmente produtivo tinha como correlato o sujeito produtivo, não só o trabalhador, mas o sujeito que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade.

A intercessão disciplinar do espaço capitalizado sobre a sociedade produziu o que Laval (2006) traz como gestão das mentes e adestramento de corpos. A moldagem subjetiva que o autor traz é o que torna o indivíduo gerente dos seus interesses e desejos: “O novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento” (LAVAL, 2016, p. 320). O “método oblíquo” ou “legislação indireta” conduz estes interesses, de modo a modelar o que é percebido como liberdade de escolha, onde, na prática, essa liberdade é produto da moldagem da condução da “mão invisível”.

O gerenciamento nefasto do neoliberalismo dessa condução afeta diretamente a saúde do trabalhador. Safatle (2021) afirma que “o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito” (SAFATLE, 2021, p. 25). Para isso, o neoliberalismo precisaria estabelecer modalidades de intervenção a nível social e também psíquico. O autor confere ao nível psíquico, complexo fundamental no processo de intervenção social, chave da internalização dos ideais empresariais:

Dimensão na qual podemos encontrar um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida (SAFATLE, 2021, p.25).

Safatle (2021) afirma que foram transformadas as formas de organização social baseada no empreendedorismo e nos pressupostos acima elencados, em fundamento para uma nova definição de “moralidade psicológica”. Essa moralidade resulta no adoecimento psíquico do trabalhador, e o leva à exaustão e a colocar-se em risco em nome da empresa, do seu cargo e dos seus superiores dentro da organização.

A partir da correlação do território da degradação do trabalho com as modalidades de intervenção sociais e psíquicas do capitalismo, procuramos encontrar quais as consequências ao jovem trabalhador hoje. Trabalhador, que se encontra, como já observado, cada vez mais desamparado pelo estado, entrando para o mercado de trabalho cada vez mais cedo, e com cada vez menos acesso ao trabalho formal.

4 TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E IMPLICAÇÕES E AGRAVOS À SAÚDE DE JOVENS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA.

O ponto de encontro entre os temas anteriormente apresentados, sobre a juventude, trabalho e território da degradação do trabalho, aqui abordado será o alcance negativo na saúde coletiva brasileira. O adoecimento latente da população jovem que aqui destacaremos escancara a brutalidade do neoliberalismo, que deteriora o espaço como resultado das relações sociedade natureza e das relações que os seres humanos estabelecem uns com os outros, e se isenta das consequências causadas (THOMAZ, 2014).

As políticas de amparo ao trabalhador brasileiro resguardam direitos e garantias aos profissionais. Todavia, conforme apresentado anteriormente, o acesso ao trabalho formal está cada vez mais escasso. Nesta pesquisa, trazemos os dados dos trabalhadores com carteira assinada, uma vez que dados de acidentes de trabalho, afastamento e auxílio não são acessados pelo trabalhador informal. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, a PNAD, no primeiro trimestre de 2021 a taxa de informalidade entre os trabalhadores ocupados chegou a 41% (IBGE, 2021). Estes trabalhadores estão à margem do olhar do Estado, e não entram nos cálculos das pesquisas.

A já abordada diminuição do acesso aos empregos formais e precarização das condições de trabalho também reverbera na saúde coletiva. Coloca-se como condicionante eminente pela falta do resguardo legal e jurídico nas diretrizes que balizam o modo de operar do trabalhador. Ao ser substituído regularmente por máquinas e equipamentos, o trabalhador se expõe a riscos maiores, condições insalubres e por vezes o coloca em risco sua integridade física. A escassez na oferta de trabalho, a baixa valorização e salários insuficientes para cumprir o que garante a constituição, também são fatores atenuantes na super dedicação ao trabalho com maior periculosidade.

O trabalho informal é também complicador na saúde pública pela falta de moderação do Estado. Sem normas regulamentadoras, normas técnicas ou fiscalização, deixa de ser obrigatório uso de EPIs, são restringidas as instruções de

segurança e suprimido o suporte técnico de segurança. Observa-se os recursos protetivos ao trabalhador comprometidos, amplificador de complicações na saúde.

As lesões e danos psicológicos são lacunas que geram demandas na área da saúde. Majoritariamente, os agravos relacionados ao trabalho são amparados pelo Sistema Único de Saúde - o SUS. A colaboração via impostos são, juridicamente, a única forma de contribuição das indústrias e empresas que ocasionam danos à saúde. O custo dos atendimentos pelo SUS aos trabalhadores lesados é repassado ao contribuinte.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2019), um terço da população possuía plano de saúde privado. Cerca de 45%, menos da metade, era mantido pelo empregador, parcial ou integralmente. A pesquisa revela ainda que 69,8% dos pacientes procuram primeiro o sistema público. A elevada procura ao sistema público, ocasionada pelo território da degradação do trabalho, eleva as ocupações hospitalares, sobrecarregando o sistema.

Não descartamos também neste aspecto a capilarização do interesse capitalista na saúde coletiva. Dentro da proposta neoliberal de enfraquecimento dos aparelhos do Estado na condução da prestação de serviços de saúde, um avanço pujante de empresas privadas enriquece. A contraoferta, dependente do planejamento público, fica à mercê dos interesses de gestores e políticos. Um potencial sucateamento na prestação de serviços e no atendimento gratuito é observado por quase todo o país, incentivando o uso de redes privadas (BORGES, 2012; MORAIS, 2018).

A obsolescência da rede pública, favorece o direcionamento de recursos para a frente neoliberalista. Tanto no repasse governamental por vagas e atendimentos privados, quanto nos investimentos pessoais de famílias que buscam um melhor atendimento hospitalar (ANDREAZZI; BRAVO, 2014). Tais práticas alimentam e revigoram o ciclo de interesses compartilhados.

A rede pública adoece também com a influência do território da degradação do trabalho. A consideração advém da conclusão dos atendimentos realizados pelo SUS aos afetados pelos agravos ocasionados por conta do trabalho. Enquanto as empresas se isentam da prestação de auxílio, cabe ao Estado conter os danos pessoais e coletivos por estes gerados. É também de responsabilidade exclusiva a

contenção de danos e agravos aos trabalhadores informais, desempregados, “cloud workers”, e demais profissionais afetados pela uberização (ABÍLIO, 2019; FRANCO, 2019).

Para além da rede pública de saúde, outros órgãos públicos são afetados. O mais relevante que podemos citar é o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). É o INSS o responsável pela manutenção dos programas de previdência social e amparo aos trabalhadores. Um exemplo recorrente em território chapecoense foi o afastamento de 1200 funcionários da BRF no ano de 2018 da linha de abate e processamento de frangos. Segundo Ripplinger (2019), a negociação entre a empresa e os empregados foi mediada pelo SITRACARNES - Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Carnes e Derivados - a fim de assegurar os direitos dos trabalhadores. A autora relata que os encargos trabalhistas foram pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, e não pela empresa. O custeio do Estado em manter estes trabalhadores foi a forma de, durante a lay-off, não permitir uma demissão em massa dos trabalhadores. Ripplinger afirma ainda que, alguns direitos, como o plano de saúde, sofreram alterações durante o período.

Os dados aqui apresentados são publicizados pelo governo federal, através da plataforma CAGED. Estes, por sua vez, são formados através de relatórios que são obrigatórios para as empresas e empregadores, para todo e qualquer colaborador formal. A contrapartida negativa é que exclui os informais, autônomos, trabalhadores “*on demand*” e demais afetados pela gestão neoliberal do território do trabalho. A invisibilidade destes trabalhadores se apresenta como interesse capitalista de preservar a manutenção do seu modo de produção e comprometem a compreensão global e real do seu alcance negativo. Todavia, a relação demonstrativa disponibilizada dos empregos formais, nos permite analisar a realidade a partir das conquistas legais que mediam o contato da insaciável demanda capitalista de produção e consumo, com o trabalho ofertado pela humanidade hoje.

Independentemente da condição de formalizado ou não, todo trabalhador está sujeito ao adoecimento inerente ao capitalismo. Foucault (2014) afirma que os estudos sobre psiquiatria, desde seus primórdios, possuem relação indissociável com a gestão das fronteiras entre os conflitos sociais e conflitos psíquicos. O autor ainda relata que a ciência já nasce como um dispositivo prático e teórico a fim de recuperar o que resiste à ordem de produção e trabalho capitalista. Franco et al (2021) escreve que a

gestão disciplinar que conceberam as ações espontâneas neoliberais estão ligadas à depressão. A internalização das premissas empresariais, como “especialista dele mesmo, empregado dele mesmo, inventor dele mesmo, empresário dele mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2010 apud FRANCO ET AL, 2021, p. 48) transformam o indivíduo em uma empresa, submetido as disputas do mercado, onde empresas falem e fecham, e indivíduos adoecem.

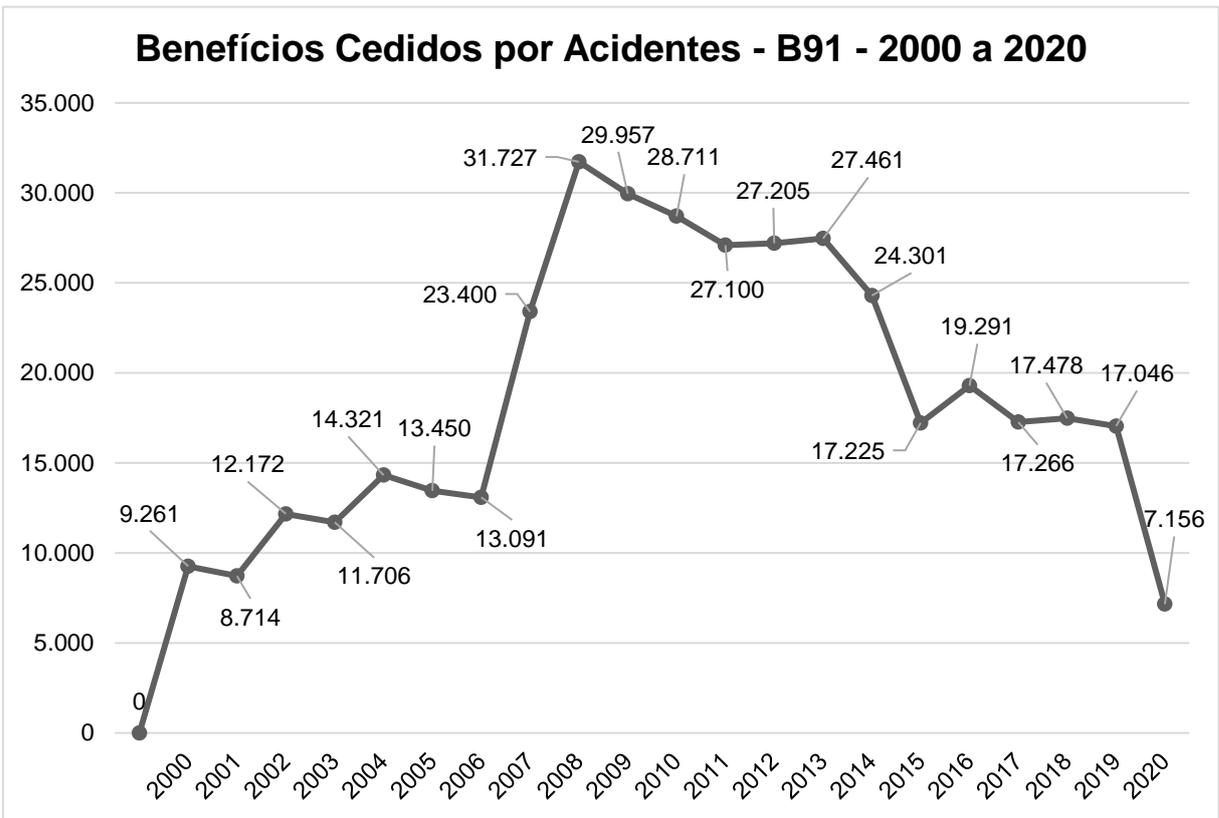
A depressão é abordada pela ciência como uma patologia social (DUNKER, 2021, p. 177). O agravo citado advém da hipótese de repressão no início do século XX, e se desenvolve junto com o liberalismo:

[...] o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria, mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: individualização, intensificação e instrumentalização (DUNKER, 2021, p. 182).

Dunker (2021) ainda elenca um outro patógeno que ganhou força com o neoliberalismo: o transtorno de *borderline*. O conceito está associado a superidentificação com os ideais capitalistas. A ideia vem do conceito de fronteira (*border*), com a criação de um território, uma nação, um lar, ao mesmo tempo em que determina o estrangeiro. As características do *borderline* são, segundo o autor: 1) “Esforços frenéticos para evitar o abandono”; 2) “Relações instáveis marcadas pela alternância entre idealização e decepção”; 3) “Preocupações com identidade, imagem e senso de si”; 4) “Impulsividade autodestrutiva em duas dessas áreas: consumo, sexo, drogas, bebida ou alimentação”; 5) “Pensamentos, atos suicidas ou de automutilação”; 6) “Reatividade e labilidade de afetos, alternância entre excitação e irritabilidade, ansiedade e agressividade”; 7) “Sentimento crônico de esvaziamento; 8) “Raiva intensa e incontrolável”; 9) “Sentimentos de perseguição e sintomas dissociativos”(DUNKER, 2021, p.195).

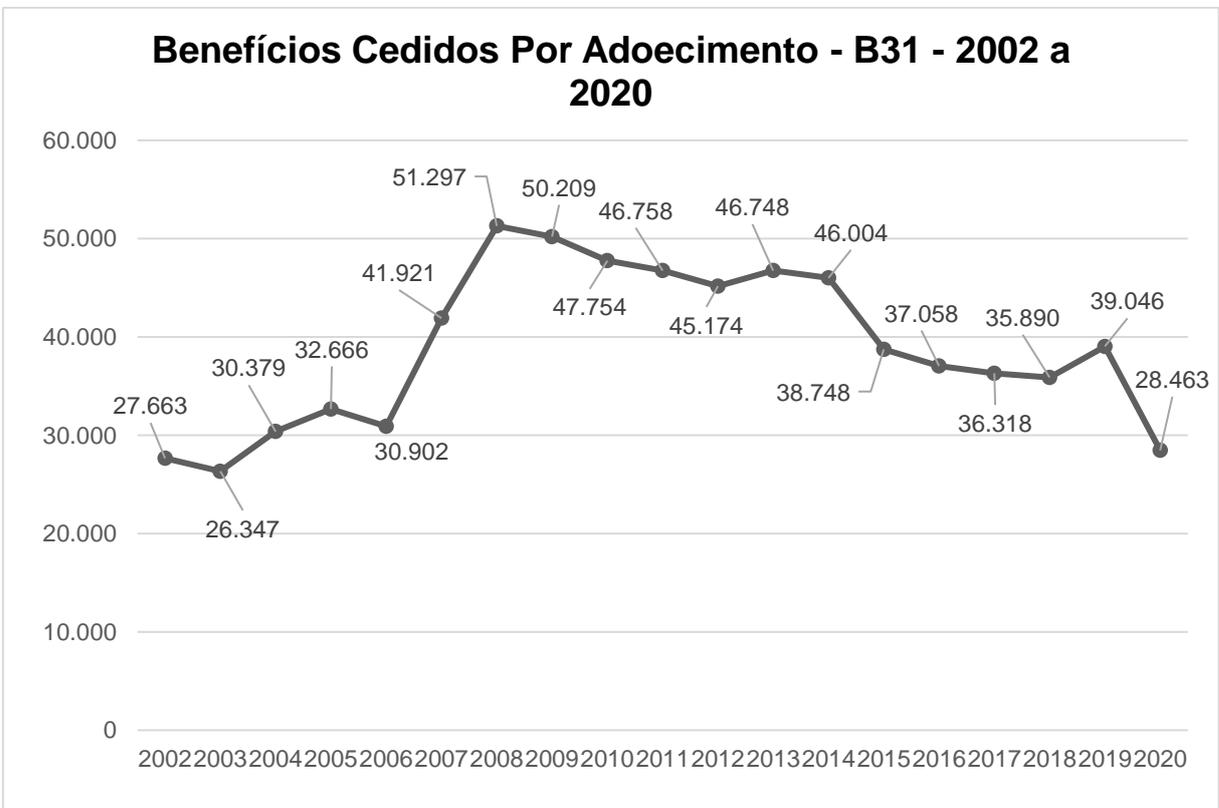
A partir do levantamento dos dados disponibilizados pelo ministério da economia, através do Instituto Nacional de Segurança Social, propomo-nos a analisar a relação entre os jovens trabalhadores no estado de Santa Catarina e os principais agravos à saúde destes trabalhadores por conta do trabalho.

Gráfico 6 – Benefícios Cedidos por Acidentes – B91 de 2000 a 2020.



Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Gráfico 7 – Benefícios Cedidos por Adoecimento – B31 de 2002 a 2020.



Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Os gráficos acima apresentam os dados dos registros de acidentes de trabalho, segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (2021). O portal é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho, criada no intuito de centralizar e divulgar os dados públicos abertos com o objetivo de promover o trabalho decente no país através de conhecimento relevante para elaboração de políticas públicas (SMARTLAB, 2021). Os gráficos apresentam os dois principais tipos de afastamento concedido pelo INSS: o afastamento acidentário (B91), que traduz a quantidade de afastamentos causados por acidentes de trabalho, e o afastamento por adoecimento (B31), que quantifica valores de afastamento por conta de doenças que impedem o trabalhador de continuar exercendo plenas funções. A partir dessas informações é possível mensurar em números o impacto no território catarinense que os danos à saúde trazem ao território do trabalho.

O portal Smartlab traz dados da previdência social, Instituto Nacional do Seguro Social, do AEAT (Anuário Estatístico de Acidente do Trabalho) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Todos os departamentos envolvidos na gestão dos dados sobre o trabalho formal no Brasil são de domínio público. A organização, centralização e divulgação destes dados beneficia a comunidade científica, facilitando o acesso a informações de diferentes instituições de maneira simples.

Os dados oriundos da RAIS são fundamentais na elaboração da proposta deste trabalho. É através da relação anual de informações sociais, obrigatoriamente disponibilizadas pelas empresas ao governo federal, que dados empregatícios pertinentes à análise espacial da saúde, em interlocução com informações da previdência social (RAIS, 2021).

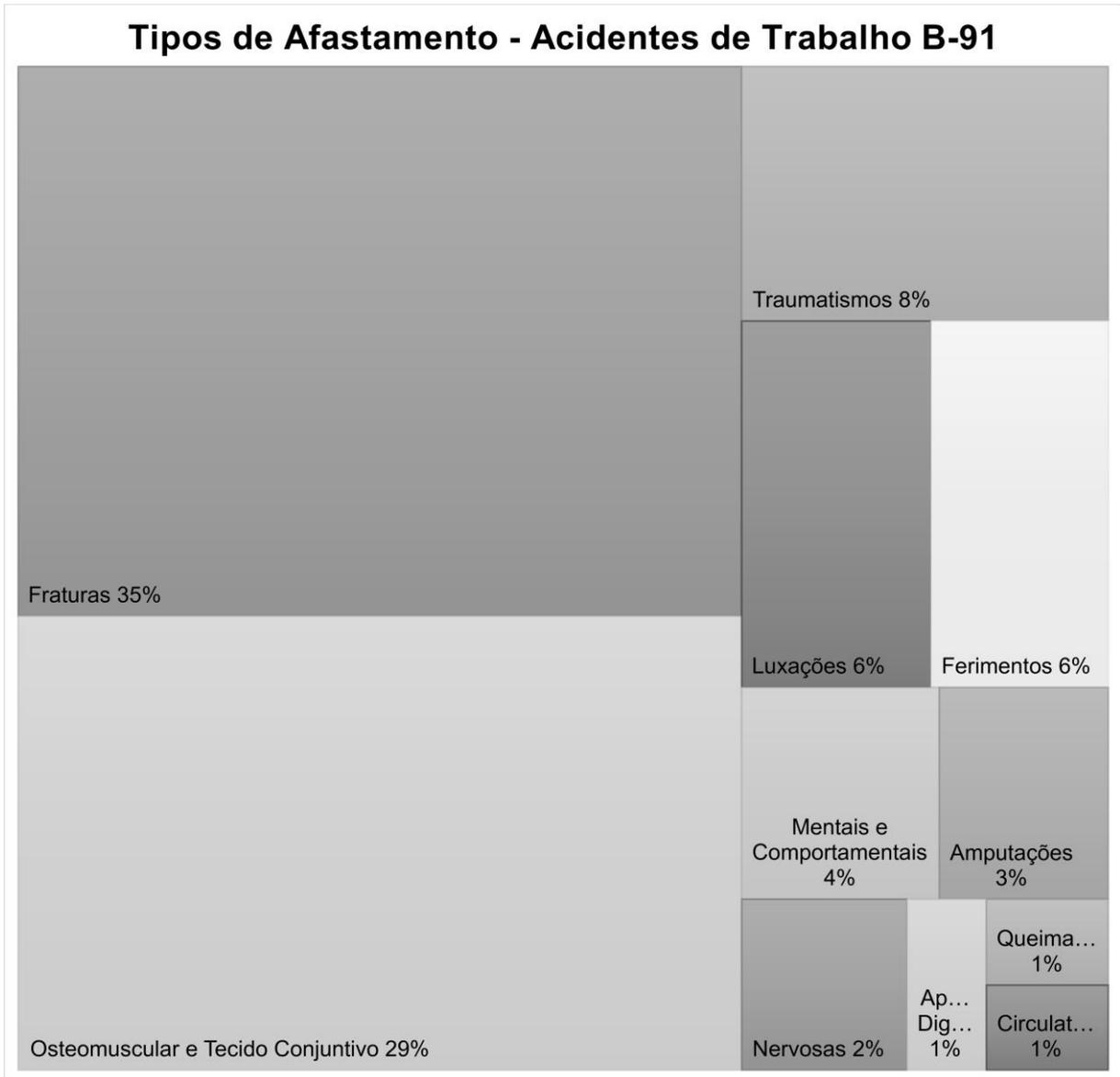
O portal do Ministério Público, com dados do INSS, expõe o prejuízo causado pela degradação do trabalho. Segundo ele, no estado de Santa Catarina, no ano de 2020, soma-se 1,1 milhões de dias perdidos por trabalhadores encostados com auxílio doença por acidente de trabalho (INSS/BENEFÍCIOS, 2020). Se somados os dias entre 2012 a 2020, os dias de benefício previdenciário B-31 de auxílio doença, chega-se a 15,5 milhões de dias (INSS/BENEFÍCIOS, 2020), e 280 milhões de dias, se contado de 2012 a 2020 em todo o país.

Os efeitos colaterais também alcançam os cofres do poder público. Os casos onde o trabalhador formal se acidenta ou adocece, são amparados pelo Estado,

através da previdência social. As empresas se isentam de arcar financeiramente com os danos causados ao trabalhador. Os gastos com despesa de aposentadoria por invalidez foram de R\$ 3,8 bilhões (B-32) (INSS, 2020), e de 1 bi com auxílio doença (B-31). Os gastos no ano também se estendem à pensão por invalidez por acidente B-92 (R\$ 1,00 bi), auxílio doença (R\$ 392,3 mi), auxílio-acidente B-94 (R\$ 269,1 mi), pensão por morte B-93 (R\$ 132,5 mi), entre outros. A estimativa do portal e da Organização Internacional do Trabalho é que o gasto com acidentes e adoecimentos no trabalho chegue a 4% do PIB do país (SMARTLAB, 2021).

A isenção das consequências negativas das empresas, em detrimento da saúde do trabalhador e do Estado, vai além dos auxílios pagos. Toda a rede de amparo utilizada no atendimento de acidentes ou adoecimento é provido pelo governo. Ambulâncias, estradas, profissionais, equipamentos e estrutura médica são assegurados pelo Sistema Único de Saúde. O sistema jurídico também é abarcado no uso dos aparelhos do Estado, quando há disputas, imbrólios e desavenças que são resolvidas pela justiça.

Os números deflagram a flagelação do mercado sobre os trabalhadores no estado de Santa Catarina. Procuramos elencar os principais agravos à saúde do trabalhador catarinense, os principais motivos, e os setores econômicos mais nocivos. A partir dos dados disponibilizados pelo INSS, conseguimos traçar os padrões que têm sido observados superficialmente, a partir de dados oficiais.

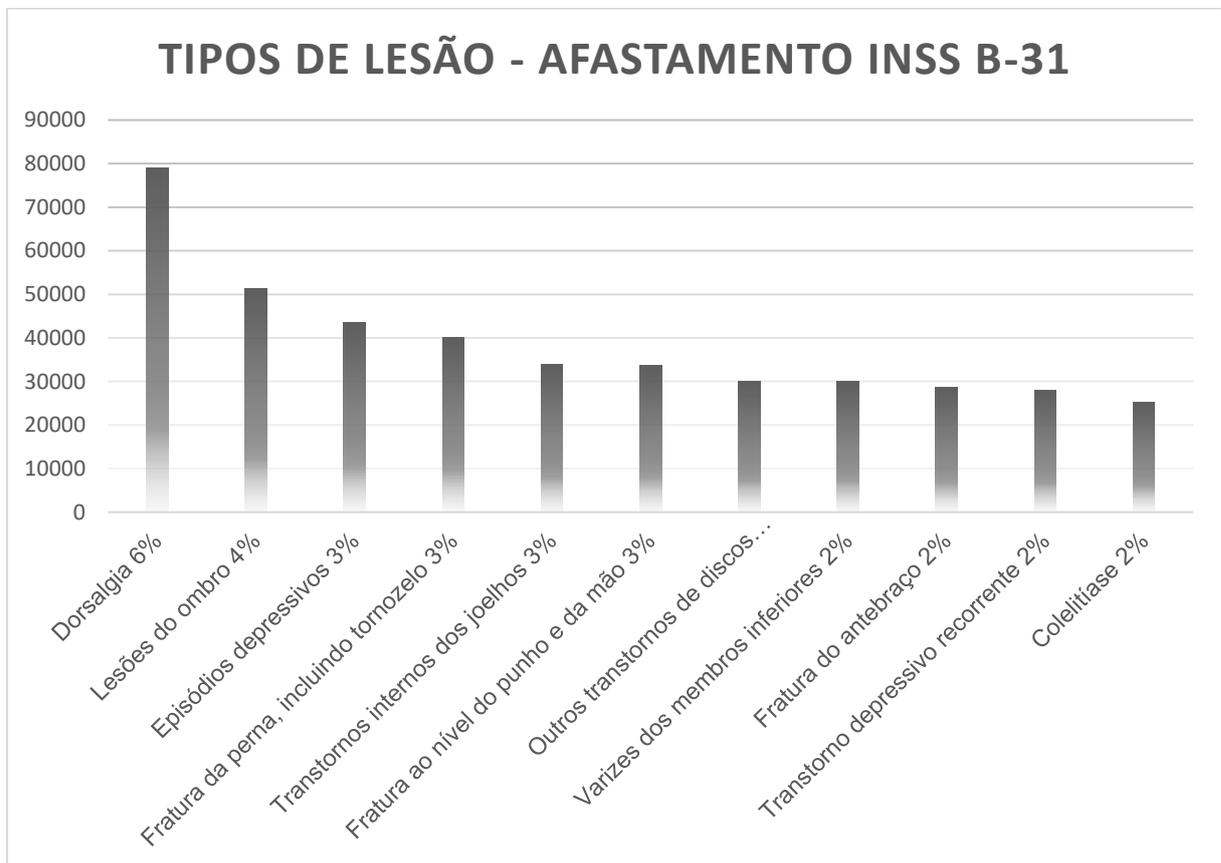


Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Os principais agravos percebidos no estado, no período entre 2012 a 2020, segundo o Instituto Nacional de Segurança Social foram Fraturas (60.527 casos), agravos osteomusculares (50.012 casos), traumatismos (14.197 casos), luxações (10.559 casos) e ferimentos (9.889 casos). Doenças mentais representam apenas 4% dos afastamentos pela B-91, seja ora por negligência sobre a saúde mental, ora pelo expressivo acúmulo de acidentes com automóveis e aparelhos cortantes e de peso maciço e ora por ser enquadrado em outro tipo de auxílio. O total de casos acumulados neste período foi de 398.039 mil afastamentos acidentários pela B-91.

Já os casos de B-31, de afastamentos previdenciários, o número é ainda maior. No mesmo período soma-se o total de 739.345 mil casos, prevalecendo os casos de distúrbios e acidentes osteomusculares (295.815 casos), fraturas (172.155 casos), mentais e comportamentais (162.567 casos) e relativos ao aparelho digestivo (116.082 casos). O número total entre B-31 e B-91 (sem os demais como B-32, B-92, B-93, B-94) representam aproximadamente 49% do total de trabalhadores registrados em empregos formais (CAGED, 2022). Isso significa dizer que quase metade da classe trabalhadora sofreu nos últimos anos pelo menos um período de adoecimento e/ou acidente de trabalho.

Gráfico 9 - Tipos de lesão – Afastamento por adoecimento B31.

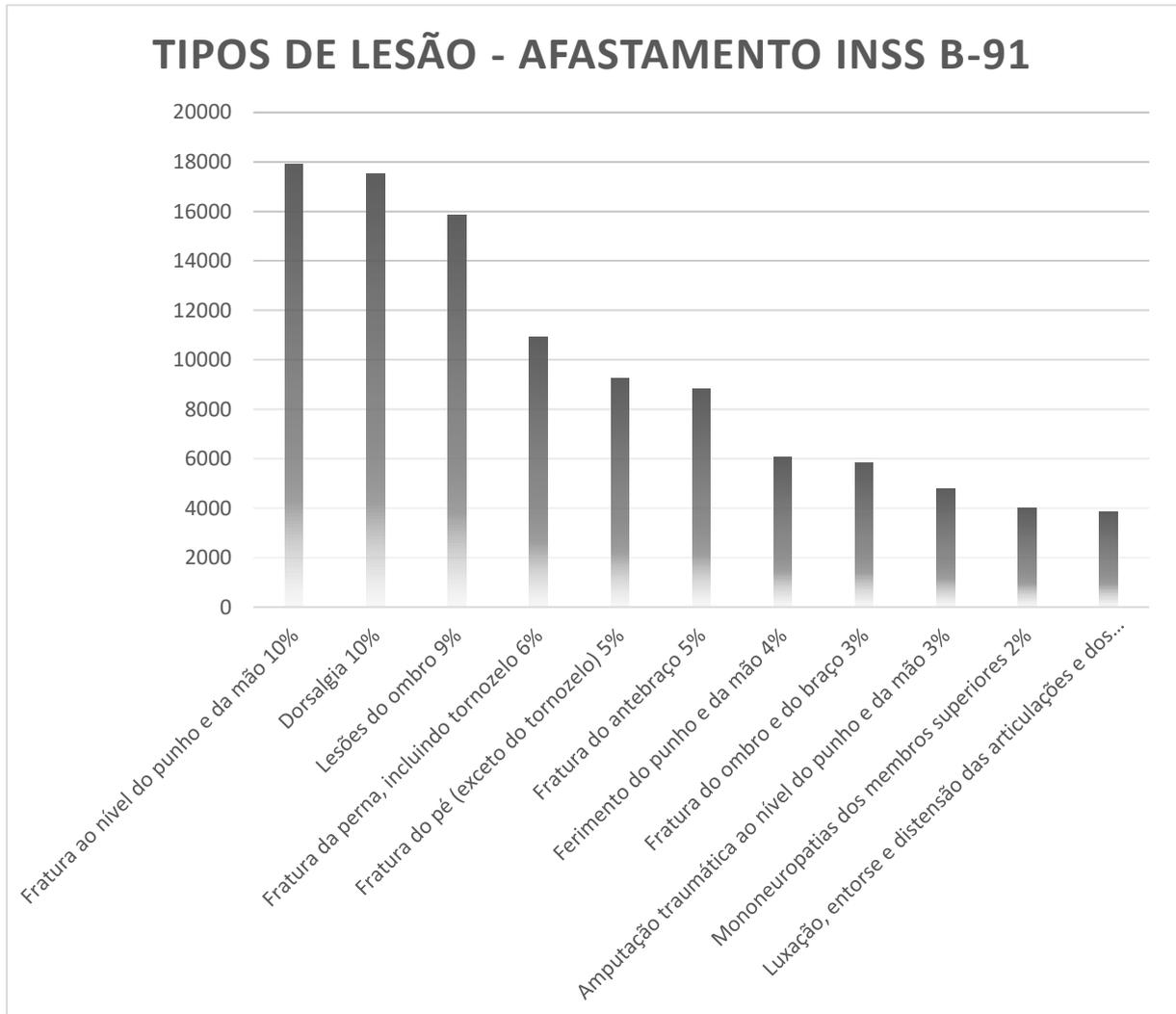


Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Os dados demonstram as lesões mais frequentes, referentes a problema osteomuscular e lesões por esforço repetitivo. Isolado por tipo de agravo, relatamos que, entre 2012 a 2020, foram 79.031 casos de dorsalgia, 51.229 casos de lesões no ombro e 43.575 casos de episódios depressivos. Entre os mais comuns ainda estão transtornos de discos intervertebrais, dores no joelho, fratura de pernas, varizes nos membros inferiores, e demais agravos à locomoção do trabalhador.

Os casos acidentários (B-91) apresentam similaridade entre os mais relevantes. Os maiores danos estão nas juntas, membros inferiores e superiores, afetando a locomoção e a movimentação, ocasionado por esforços repetitivos e por acidentes com aparelhos perigosos, chegando ao ápice de amputação acidental de membros.

Gráfico 10 - Tipos de lesão - Afastamento por acidente B91.



Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Em relação a localização geográfica dos acidentes, relacionamos na tabela abaixo as cidades com maiores incidências de acidentes de trabalho (B-91) em 2020. O total de casos no ano foi de 28.458 acidentes.

Tabela 1 - Acidentes de trabalho por Município (SC).

Município	Nº de Acidentes no Trabalho	Percentual
Joinville	3.061	11%
Chapecó	2.012	7%
Florianópolis	1.809	6%
Criciúma	1.543	5%
Blumenau	1.212	4%
Itajaí	1.186	4%
São José	906	3%
Jaraguá do Sul	661	2%
Balneário Camboriú	595	2%
Concórdia	531	2%
Lages	522	2%

Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Os dados elencam as cidades com maiores números de afastamentos, sobressaindo-se as cidades de Joinville, em primeiro lugar, seguido por Chapecó, Florianópolis, Criciúma e Blumenau. As cidades nas primeiras colocações não acompanham necessariamente a ordem de cidades mais populosas, demonstrando uma relação mais efetiva no comportamento dos agravos à saúde com a industrialização. Chapecó em 2021, segundo o IBGE (IBGE, 2022), tinha uma população estimada em 227 mil habitantes, quase metade da população da capital Florianópolis. Mesmo assim, está à frente em números de acidentes de trabalho.

Entre os municípios com mais casos de acidentes de trabalho, citamos as ocupações com maior taxa de prevalência. Em Joinville o principal setor econômico entre os que causam agravos é o de rebarbador de metal, com 21%. Chapecó, segunda do ranking, aparece magarefes, com 15%, e Florianópolis técnico de enfermagem com 10%. Os setores econômicos no estado, portanto, segundo o INSS assim fica:

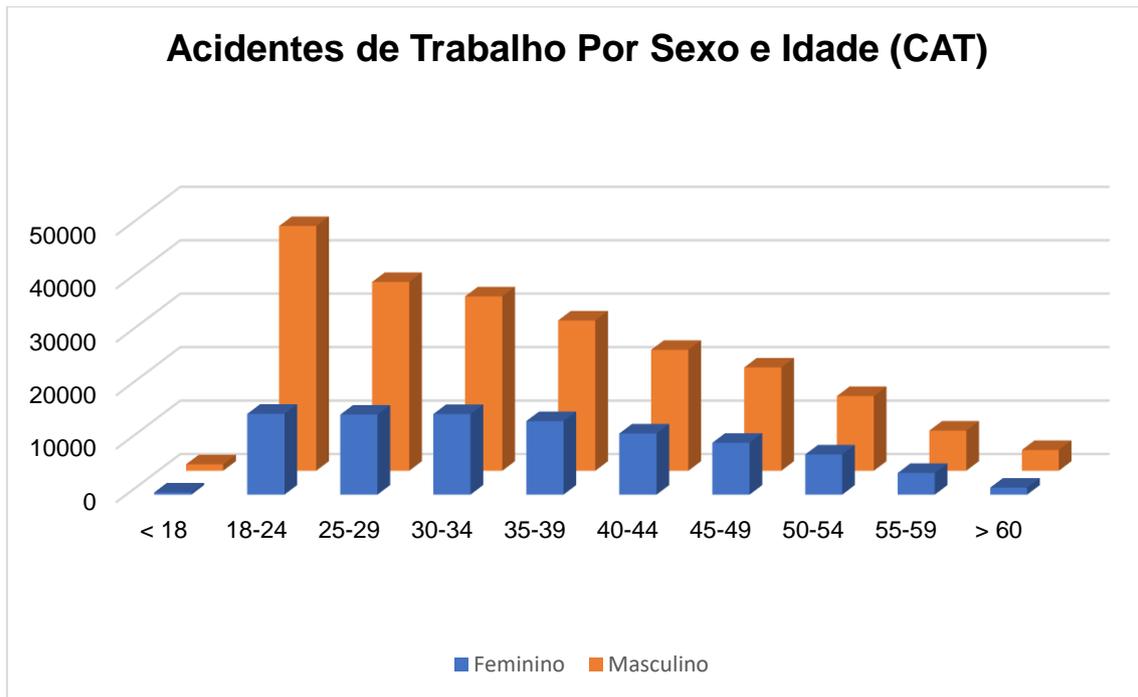
Tabela 2 - Nº de Casos por Setor Econômico.

Setores Econômicos Com Mais Notificações	Nº de Casos
Atividades de atendimento hospitalar	16.648
Fundição de ferro e aço	15.380
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	15.106
Comércio varejista - hipermercados e supermercados	9.275
Administração pública em geral	8.690
Construção de edifícios	6.731
Transporte rodoviário de carga	6.629
Coleta de resíduos não-perigosos	6.442
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	5.356
Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários	4.902
Fabricação de móveis com predominância de madeira	4.007
Fabricação de embalagens de material plástico	3.960
Atividades de Correio	3.710
Restaurantes e estabelecimentos de serviços de alimentação/bebidas	3.336
Desdobramento de madeira	3.124
Fabricação de artefatos de material plástico não especificados	2.962

Fonte: SmartLab e INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Elaborado pelo autor (2021).

Evidenciado o severo impacto negativo à saúde dos trabalhadores a partir da dinâmica capitalista, com o avanço do território da degradação do trabalho, gerenciado pela perspectiva neoliberal, passemos a observar o impacto geracional. É evidente que não há restrições quanto aos danos ao tratar de idade. Mas a latência maior de acidentes e adoecimentos com os jovens trabalhadores, chama atenção pelo seu predomínio.

Tabela 3 - Acidentes de Trabalho Por Sexo e Idade 2000 a 2020.



Fonte: SmartLab, AEAT e INSS - Instituto Nacional de Segurança Social. Elaborado pelo autor (2021).

Conforme nos mostra o gráfico com informações entre 2012 a 2020, existe uma predominância nos casos de acidentes de trabalho com perfil definido. Trata-se de jovens, entre 18 a 34 anos, majoritariamente homens.

Os jovens entre 18 a 34 anos somam a totalidade de quase 69% dos acidentes de trabalho em Santa Catarina nesse período. Não apenas concentra a maior parte dos agravos à saúde, mas castiga e cicatriza a classe social com maior potencial produtivo.

Tabela 4 - Relação de incidentes de trabalho por Atividade Econômica

CNAE	Incidência (por 1.000 vínculos)	Incidência de Doenças Ocupacionais (por 1.000 vínculos)	Incidência Acidentes Típicos (por 1.000 vínculos)	Incidência de Incapacidade Temporária (por 1.000 vínculos)	Mortalidade (por 100.000 vínculos)	Acidentalidade da faixa 16 a 34 anos (por 100 acidentes)
1011	38.2	0.85	24.19	34.8	42.44	50
1012	30.9	2.03	20.66	16.67	7.19	58.32
1013	31.4	0.49	19.72	28.97	x	51.16

Fonte: AEAT (Anuário Estatístico de Acidentes no Trabalho).

O AEAT, Anuário Estatístico de Acidentes no Trabalho, é publicado pelo INSS todo ano com informações referentes à segurança do trabalho. O documento é elaborado e organizado com tabelas e indicadores precisos, que permitir analisar os

danos e as relações com setores econômicos. Acima, temos um exemplo efetivo dos setores de abate de reses, exceto suínos (CNAE 1011), abate de aves, suínos e outros pequenos animais (CNAE 1012) e fabricação de produtos de carne (CNAE 1013), diretamente envolvidos com a produção agroindustrial da região do oeste catarinense. A porcentagem de jovens que adoecem ou sofre algum tipo de lesão no trabalho variou entre 45% a 67% entre os anos de 2014 e 2017. Em 2017, quase dois terços dos jovens do setor de abate de reses sofreram algum acidente de trabalho. No mesmo ano, a cada 100 acidentes que ocorreram em atividades relacionadas ao setor agroindustrial, aproximadamente 55 ocorreram entre trabalhadores com faixa etária entre 16 e 34 anos.

Por fim, retomamos a afirmação trazida por Theis et al de que a juventude tem enfrentado inúmeras adversidades na inserção no mercado de trabalho (THEIS et al, 2018). A porta de entrada é marcada pelos baixos salários, insegurança e por serem ofertadas por funções e setores econômicos propensos a maior quantidade de acidentes de trabalho. A proposta neoliberal tem dificultado a inserção positiva dos jovens, e degradado a saúde dos trabalhadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatada o avanço da gestão neoliberal do trabalho, confirma-se uma nova morfologia do trabalho. Nos últimos anos vimos contrarreformas, novas tecnologias, virtualização do capital, que se concretizam em um processo que engendram formas de organização do trabalho para extrair lucro maximizado, riqueza produzida pelo trabalhador.

Com este avanço do capitalismo, podemos concluir que não se restringe mais aos aparatos produtivos. O enraizamento das diretrizes das demandas de produção em consumo alcança as funções sociais. Os ambientes de relações foram reestruturados em um território financeirizado, que expandiu novas formas de gestão do trabalho, que não demonstra interesse no bem estar do trabalhador ou sua subjetividade, colocando em xeque o trabalho seguro.

Cada vez mais é negado ao trabalhador o acesso ao emprego formal, às garantias legais de seguridade social. O mundo do trabalho neoliberal hoje oferece a uberização, prestação de serviços *on the mand*, home office, contratos terceirizados. Mais do que isso, hoje formam-se redes que operam intensivamente no processo de alienação dos trabalhadores, induzidos a acreditar no auto independência, como empreendedores, empresários de si mesmo.

A inserção marginal do trabalhador no mercado capitalista o submete a jornadas de trabalho desgastantes e degradantes. O território da degradação do trabalho ganha cada vez mais força na gestão do trabalho, o que reflete em um favorecimento à acumulação do capital, em detrimento da saúde do trabalhador.

As consequências inevitavelmente se perpetuam na sociedade brasileira. Os valores gastos pelo Estado para estancar os danos são exorbitantes e não reparam integralmente a saúde do trabalhador maculado por este contexto. Trabalhadores estes que, em maioria são jovens, colocando em xeque seu potencial, seu período de maior produtividade, suas relações e seu futuro, em busca de uma inserção no mercado de trabalho. Associados com o estudo sobre a juventude apresentado, o desenvolvimento social e cognitivo dos seres em construção é comprometido pela lógica do mercado. Uma parcela da população com baixo nível de escolaridade,

salários baixos, e com cada vez menos oportunidades no mercado formal é a camada brasileira que mais sofre com a mutilação capitalista.

No fogo cruzado entre o interesse capitalista e o território da degradação do trabalho, estão os jovens em busca de oportunidades limitadas pela arquitetura capital. A raia da juventude se apresenta deteriorada com menores salários, menor preparo, menos opções de setores econômicos que oportunizam contratos efetivos e seguros, maior propensão à acidentes de trabalho, e com maiores responsabilidades, nem sempre optativas.

Almejamos que apontamentos ligados degradação do território do trabalho e os danos aos jovens brasileiros tenham função setentrional na formação de políticas públicas que fortaleçam as oportunidades e proteção ao trabalho seguro, formal e justo. Acreditamos que, a partir do conhecimento e do esclarecimento dos danos causados pelo neoliberalismo, a cobrança das autoridades possa ser mais influente do que a demanda financeira.

REFERÊNCIAS

- ABILIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso: v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 18 dez 2021.
- ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. Em **Dossiê Juventude E Trabalho**. Novos estudos CEBRAP, v. 39, nº 3, 2020.
- ANDREAZZI, M. F. S. BRAVO, M. I. S. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**. 2014, v. 12, n. 03.
- ANDREIS, Adriana Maria. **Cotidiano**: uma categoria Geográfica para ensinar e aprender na escola. Tese de Doutorado. UNIJUI, 2014
- ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, e, 103, p. 13-24, 2014.
- BARROS, R. P. Os determinantes na desigualdade no Brasil. **Seminários de Pesquisa Econômica**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, mar 1995.
- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A.A.; KANSO, S. Dinâmica Populacional Brasileira na Virada do Século XX. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Nº 1034, ago de 2004.
- BORGES, F. T. et al. Anatomia da privatização neoliberal do SUS: **o papel das organizações sociais**, São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 160, 2012.
- BOSA, E. **Raia e conservação ambiental: uma análise sobre a fronteira Rio Grande do Sul/Brasil - Misiones/Argentina**. Monografia (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, p.78, 2019.
- BRASIL. MTE. **Bases de Gestão da qualificação**: SIGAE. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em: 22 out. 2021.
- CAMARANO, A. A. O novo paradigma demográfico. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 18, n. 12, p. 3446, 2006.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORSEUIL, C. H.L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Em Dossiê Juventude E Trabalho**. Novos estudos CEBRAP, v. 39, n. 3, 2020.

COSTA, E. B. O Papel do Espaço Geográfico na Teoria da acumulação e do Modo de Produção Capitalista em A Produção Capitalista do Espaço, de David Harvey. **Geografia e Pesquisa**, São Paulo. v. 2, n. 2, 2008.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. Ed. 1, - São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, J. **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG (organizador). - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010

DUNKER, C. A hipótese depressiva. in SAFATLE, V. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, p. 177 – 214, 2021.

FGV. **Fundação Getúlio Vargas**. Juventude e Trabalho – Qual foi o impacto da Crise na Renda dos Jovens? E os nem-nem?, Rio de Janeiro, RJ: 28 p, nov 2019.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. spe, p. 844-856, 2019.

FRANCO, F. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. in SAFATLE, V. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, p. 47 – 76, 2019.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014

GROS, D. B. **Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república**. Revista brasileira de ciências sociais – v. 19 n. 54, p. 144 a 160, 2004.

GROPPO, L. A. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Paco editorial, e. 1, p. 164, 2017

GUIMARÃES, N. A. Trabalho intermediado, percursos instáveis sociabilidade juvenil. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.22, n.47, p. 15-40, jan./abr. 2016.

GUIMARÃES, N. A.; BRITTO, M. M. A.; COMIN, A.A. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: Pode a expansão eludir as desigualdades? Em **Dossiê Juventude E Trabalho**. Novos estudos CEBRAP, v. 39,nº 3, 2020.

HAESBAERT, R. PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova desordem mundial**. Editora UNESP. São Paulo 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HECK, F. M. Territórios da Degradação do Trabalho: a saúde do trabalhador em frigorífico de aves e suínos em Toledo, Oeste do Paraná. In. **Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. 9 (16): 48-66, Jun 2013.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: Indicadores PNAD. IBGE, Rio de Janeiro: 2019.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica Do Curso De Direito Da UFSM**, Santa Maria, RS: v. 8, n. 1, 58–73. 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política; livro III: o processo global da produção capitalista; edição de Friedrich Engels; tradução Rubens Enderle. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MORAIS, H. M. M. et al. Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, 2018.

PASSOS, M. M. **A Raia Divisória**. Geossistema, Paisagem e Eco-História. Maringá: Eduem, p. 132, 2006

SANTOS, L.; ARUTO, P. C.; RAITZ, T. **Juventude e trabalho em Santa Catarina**: um balanço preliminar sobre o panorama recente (do sec XXI). Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Texto para discussão nº 02, abr 2012.

SANTOS, L.; ROSA, V. **O panorama dos jovens no mercado de Trabalho catarinense**. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Florianópolis, maio 2015.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: e. 6, 136 p, 2014.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe**. Tradução Dom Marcos Barbosa. E.1, Rio de Janeiro, RJ. Harper Collins, 2018.

SOLTAU, A. M. V. **Jovens Nômades em Fronteiras Fixas: Juventude e Escolas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: p. 103, 2004.

SOUZA, R. J. **Raia Divisória ou Raia Socioambiental?** Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p. 166, 2015

SZAPIRO, A. M.; RESENDE, C. M. A. **Juventude: etapa da vida ou estilo de vida?**. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 1, 2010.

STOPPA, E. A.; DELGADO, M. A. Juventude e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e Recreação: Repertório de atividades por fases da vida**. Campinas, SP: Papyrus, 2006, p.65-69.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018

RIPPLINGER, F. **Dinâmica locacional da indústria: estudo de caso de uma agroindústria catarinense**. Monografia (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, p.64, 2019

THEIS, I. M. et al. Transformações no Mercado de Trabalho Catarinense: A Realidade da Juventude, **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 66, p. 195-214, jan./abr. 2018.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Mundo do trabalho**. Revista Pegada – vol. 12 n.1 104 A 122. junho/2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho.** Presidente Prudente: UNESP, 2019.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. In. **Mercator**, Fortaleza: v. 16, e160020, 2017.